

A CIDADE PORTUGUESA DE SANTA CRUZ DE COCHIM
OU COCHIM DE BAIXO
ALGUMAS PERSPECTIVAS

por

JOSÉ ALBERTO RODRIGUES DA SILVA TAVIM
Centro de Estudos Africanos e Asiáticos
do Instituto de Investigação Científica Tropical

É um «homem de Cochim» – Duarte Barbosa¹ – que, cerca de 1516, traça uma das melhores sínteses sobre a cidade portuguesa de Santa Cruz de Cochim, situada na costa do Malabar (actual Estado do Kerala), a 9° 58' de latitude norte e a 85° 22' de longitude este. Escreve o autor, «assente» precisamente sobre a sua vivência naquele lugar:

«[...] [N]a boqua deste rio tem elRey noso Senhor hũa fortaleza muy fermosa, de redor da qual estaa hũa grande pouoaçam de Portuguezes, e Xptãos naturaes da tera, que se fizeraom Xptãos depois de asentada nosa fortaleza, e fazem quada dia doutros Xptãos Indios que ficaraom da ensinança do bemaumenturado Sam Tome pasarom de Coilam, e outros lugares. Nesta fortaleza, e pouoaçam de Cochim ha elRey noso Senhor coregimento de suas náos, e outras se fazem de nouo, asy gales e carauelas, em tanta perfeiçam como que se fizessem na ribeira de Lisboa; aquy se caregua grande soma de pimenta, e outras muytas especiarias e dragoarias, que de Malaca uem, e daquy se levauom cadano ha Portugal.»²

Esta descrição revela a importância de Cochim, já no dealbar do século XVI, como porto estratégico da presença portuguesa no Malabar e, por isso, seguiremos no nosso breve estudo sobre a cidade, as pistas avançadas pelo autor.

¹ Sobre a personagem de Duarte Barbosa leia-se, de Vítor Luís Gaspar Correia e Inácio Guerreiro, «O "grupo de Cochim" e a oposição a Afonso de Albuquerque», in *Studia*, n.º 51, 1992, sobretudo pp. 121-123 e 136-138.

² Vide *Livro de Duarte Barbosa*, introdução e notas de Sebastião Francisco de Mendo Trigo, in *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, tomo II, 2.ª edição, 1867, p. 344.

A constituição da cidade portuguesa ³

Gentes e pedras

A impossibilidade de manter uma presença efectiva portuguesa em Calecute, após os desaires de 1500, devido à oposição de muçulmanos e do *samorim* ⁴, e o aliciamento do *rajá*, com a suposição de um auxílio para a sua independência, fizeram de Cochim a grande base dos Portugueses no Malabar.

Jean Aubin descreve-nos com bastante exactidão esses primeiros tempos da presença portuguesa em Cochim, num artigo com o título significativo «L'Apprentissage de l'Inde. Cochim 1503-1504» ⁵. Vamos enunciar os factos mais significativos. Em 1502, Vasco da Gama foi encarregado de executar as medidas arquitectadas em Lisboa, perante os acontecimentos de Calecute: organização de uma feitoria em Cochim e de uma pequena força naval permanente. No território ficaram cerca de quarenta pessoas. Após a partida de Vasco da Gama, em Fevereiro de 1503, verificou-se a invasão, já esperada, do *samorim* de Calecute, com a povoação de Cochim a ser ocupada e incendiada, e a famosa fuga do *rajá* e dos portugueses seus protegidos para a ilha sagrada de Vaipim. O episódio da defesa e salvação perpetrado, também nesse ano, por Duarte Pacheco Pereira, Afonso de Albuquerque e Francisco de Albuquerque, é simultaneamente o primeiro (e antepenúltimo) momento em que se verificou uma incisão agressiva das forças do *samorim* no conjunto urbano de Cochim.

O combate contra o *samorim* e seus apaniguados muçulmanos não se vai repercutir sobre toda a comunidade islâmica de Cochim. Os *mapillai*, ou descendentes dos convertidos ao Islamismo no Malabar, optaram por ficar. Foi o caso de Cherian Marakkar, que negociou com Afonso de Albuquerque a entrega de 12 000 quintais de pimenta até finais de Novembro de 1503. Assistiu-se assim, nos primeiros tempos da presença portuguesa, à «respiração sócio-económica» dos meios muçulmanos locais, que incrementaram

³ Uma visão global da malha urbana de Cochim, com alguns dos edifícios a seguir assinalados, pode ser conseguida através da análise dos documentos apresentados *infra*, no Apêndice Iconográfico, com os n.ºs 1, 2 e 3.

⁴ Uma boa síntese sobre estes acontecimentos pode ser lida nas obras de Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, prefácio à edição portuguesa de Luís Filipe F. R. Thomaz, tradução do inglês de Pedro Miguel Catalão, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 214-217; de Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama*, tradução de Ana Santos Silva, Maria da Graça Pinhão, Manuela Torres e Joaquim A. Nogueira Gil, Lisboa, Terramar, 1998, pp. 185-190; e de Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama. O Homem, a Viagem, a Época*, Lisboa, Edição da Expo 98, 1997.

⁵ In *Moyen Orient & Océan Indien*, n.º 4, 1987, pp. 1-96. Este artigo foi reproduzido in *Le Latin et L'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 49-110.

os seus negócios face ao poderoso grupo dos «mouros de Meca» ou *paradesis*. Estes, por sua vez, constelaram cada vez mais o seu poder no território do *samorim* ⁶.

O episódio da guerra com o *samorim* pressionou à construção de um forte em cujo interior se abrigaria a feitoria. Os dirigentes do reino hindu não apreciaram a ideia da construção do forte, próximo do templo e da residência reais. Esse teria sido um dos motivos que levou à sua edificação, em 1503, perto do local em que o lago Vembanad desemboca no Oceano Índico – mas em madeira – sendo designado por «castelo Albuquerque» ou «Manuel». Esta construção – a primeira a ser edificada pelos Portugueses em Cochim – subsistirá mesmo após a erecção do forte de pedra, em 1505-1506, por ordem do vice-rei D. Francisco de Almeida, designado Santiago. Em 1503 estavam também erguidas a capela de Vera Cruz e o oratório de S. Bartolomeu. Assim, rapidamente, os pólos civil e religioso estavam formalizados, e em redor deles se edificaram outras construções públicas e privadas, constituindo o núcleo inicial da cidade de Santa Cruz de Cochim.

Em 1504 verificou-se a última incursão decisiva do *samorim* no espaço de Cochim, defendido por Duarte Pacheco Pereira durante quatro meses. Contudo, a defesa portuguesa não teria resultado positivo sem o apoio oficial dos Cochinitas, cuja independência política dependia do apoio do aliado exógeno ⁷. É este o verdadeiro cariz de uma aliança que vai perdurar até ao aparecimento em cena dos Holandeses, em meados do século XVII.

António da Silva Rego esboçou um «retrato» dos primeiros habitantes da povoação portuguesa, baseado em documentação da época. Além do quadro das gentes portuguesas que ali permaneciam, no serviço da fortaleza e da feitoria – cerca de 600 pessoas – foi-se avultando o número dos convertidos. Por exemplo, em 1514, Pero de Mascarenhas, capitão de Cochim, avaliava

⁶ Sobre a poderosa família Marakkar, em Cochim, no dealbar do século XVI, vide Geneviève Bouchon, «Les musulmans du Kerala à l'époque de la découverte portugaise», in *Mare Luso-Indicum*, t. II, 1972, pp. 52-53, reimpresso com o n.º III in *L'Asie du Sud à l'Époque des Grandes Découvertes*, Londres, Variorum Reprints, 1987, e reeditado também em *Inde Découverte, Inde Retrouvée, 1498-1630. Études d'histoire indo-portugaise*, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999 (com acréscimo iconográfico), pp. 68-70; Jean Aubin, *art. cit.*, in *Moyen Orient & Océan Indien*, n.º 4, 1987, pp. 21, 26, 29, 36-37, 48, 50 e 77, e in *Le Latin et L'Astrolabe*, 1986, pp. 63, 66, 68, 72, 78, 81 e 99; Jorge Flores, «The Straits of Ceylon and the maritime century India. Commodities, merchants and trading networks», in *Moyen Orient & Océan Indien*, n.º 7, 1990, p. 36; idem, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, prefácio de Geneviève Bouchon, Lisboa, Edições Cosmos, 1988 (ao longo de toda a obra); e K. S. Mathew, «Cochin and the Portuguese Trade with India during the Sixteenth Century», in *Indica*, vol. 26, n.ºs 1 e 2, Março-Setembro de 1989, pp. 84-85; idem, «The Portuguese and the Muslim society during the sixteenth century – a study of mutual interaction», in *Studia*, n.º 49, 1989, pp. 66-67.

⁷ Vide Jean Aubin, *art. cit.* in *Moyen Orient & Océan Indien*, n.º 4, 1987, pp. 3-4, 11, 16-20, 65 e 68-69, e in *Le Latin et L'Astrolabe*, 1996, pp. 50-51, 55-56, 59-63, 91 e 93-94.

em cerca de 6000 o número dos cristianizados⁸. Estes eram sobretudo indivíduos de castas baixas. É que as pessoas que assim procediam, afastando-se do «universo» sócio-religioso hindu, transformavam-se em intocáveis, tendo por exemplo que deixar o caminho livre para aqueles que o não eram. Por isso, a maioria dos conversos pertencia à casta dos *ilavas* ou cultivadores de coqueiros, e dos *mukkuvas* (*macuas*, nas fontes portuguesas) ou pescadores e mergulhadores⁹. Mas entre eles encontravam-se também prostitutas e *naires* – combatentes *sudras* que tradicionalmente «alugavam» os seus serviços a um senhor¹⁰.

Até 1520 não podemos pensar na existência de um conjunto urbano semelhante aos da Europa. Havia a essa data quarenta habitações de dois andares, cobertas de palha, e outras casas e simples palhotas¹¹. Um dos grandes «aliciantes» da conversão era o recurso ao hospital fundado em 1506, com o nome Santa Cruz de Cochim, também em madeira e coberto de ola. A prática da cura, aliada à da caridade, provocava o trânsito de muita gente, mormente humilde, para o âmagio da religião cristã¹². Em 1514, Afonso de Albuquerque resolveu mudar o hospital para novas instalações, mas propriamente para as casa que tinham sido começadas por António Real¹³. Em 1541 ou 1542 seria entregue à Santa Casa da Misericórdia. Vislumbra-se ainda um hospital dos pobres, afastado da fortaleza e do centro da povoação¹⁴. A par destas, outra instituição pública era a escola, frequentada sobretudo pelos filhos de elementos das castas mais elevadas, que se haviam convertido. Cerca de 1518 passou para o convento franciscano de

⁸ «Carta a El-Rei», Cochim, 20.XII, in Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (doravante IAN/TT), *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 53, documento n.º 154 (doravante CC, P., m., n.º), pub. in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia*, ed. por A. da Silva Rego, Lisboa, Agência Geral das Colónias (doravante DHMPPO, Índia), vol. I, pp. 232-239.

Informação também cotada in António da Silva Rego, *História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949, p. 116.

⁹ Sobre os *ilavas* e os *mukkuvas* vide, nomeadamente, K. S. Mathew, *Society in Medieval Malabar. A Study Based on Vadakkan Pattukal*, Kottayam, Jaffe Books, 1979, pp. 27-46; K. Thulaseedharan, *Studies in Traditional Kerala Society*, Trivandrum, College Book House, 1977, pp. 54-58; e ainda a informação do padre Georg Schurhammer, que em 1518 os *ilavas* e os *mukkuvas* se encontravam quase todos convertidos ao Cristianismo – cf. *Francis Xavier. His life, his time*, vol. II – *India, 1541-1545*, traduzido por M. Joseph Costelloe, Roma, The Jesuit Historical Society, 1977, p. 289, nota 48 e p. 493.

¹⁰ Cf. António da Silva Rego, *op. cit.*, pp. 115-116 e 128.

¹¹ «Carta de Nuno de Castro a El-Rei», Cochim, 31.X.1520, in IAN/TT, CC, P. I, m. 9, n.º 92.

Cotado também in António da Silva Rego, *op. cit.*, p. 129.

¹² Vide António da Silva Rego, *op. cit.*, pp. 115, 137 e 140.

¹³ Cf. Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1982). O Espaço Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 187.

¹⁴ Cf. José Manuel Correia, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p. 182.

Santo António, que se tornaria o principal centro da instrução – inclusivamente catequética – em Cochim¹⁵.

Aliado ao pólo civil constituiu-se o pólo religioso. Como vimos, o primeiro espaço religioso de Cochim foi erguido em 1503, em honra de S. Bartolomeu. Contudo, acabou por ser consumido pelo fogo, três anos mais tarde. Em 1505 há notícias da existência de uma capela, dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe. Entre 1517 e 1518 seria edificada a capela de Nossa Senhora da Conceição. Ainda em 1518 foi construída a famosa igreja de S. Francisco¹⁶ que, durante o período português, segundo o professor Pedro Dias, teria a designação de Santo António¹⁷. Entre 1500 e 1542 verificaram-se as lentas e demoradas obras da igreja matriz, dedicada de início a S. Bartolomeu, e depois a Santa Cruz¹⁸.

Do outro lado da barra foi erguida a igreja de Nossa Senhora da Esperança, de Vaipim, em 1560¹⁹.

A par dos edifícios religiosos, vocacionados para o serviço público, seriam construídos os conventos. Os primeiros missionários foram os Franciscanos, que passaram à Índia em 1500. Mas o seu convento, dedicado a Santo António, seria edificado apenas entre 1518 e 1522, tendo um traçado semelhante ao do Varatojo, na metrópole, embora fosse mais diminuto em área²⁰. Este convento, após 1630, esteve intrinsecamente ligado à actividade civil do comércio, pois era em caixotes aí depositados que se encontrava o dinheiro necessário para a aquisição da pimenta²¹. O mosteiro dominicano foi edificado em 1549²². Em 1552 seria a vez dos Jesuítas erguerem o seu colégio em torno da ermida da Madre de Deus, mas só em 1590 foi terminada a igreja privada e se destruiu a anterior²³. Devido ao seu empenho

¹⁵ Vide António da Silva Rego, *op. cit.*, p. 135.

¹⁶ Vide José Manuel Correia, *op. cit.*, p. 231; e Gervasis Mulakara, *History of the Diocese of Cochim*. Vol. I – *European Missionaries in Cochim (1292-1558)*, Roma, Casa degli Scrittori S. Pietro Canisio, 1986, p. 52.

¹⁷ *Op. cit.*, p. 185.

¹⁸ Cf. António da Silva Rego, *op. cit.*, pp. 148-151; José Manuel Correia, *Evangelização portuguesa em Cochim nos séculos XVI e XVII*, separata do *Congresso Internacional de História da Missão e Encontro de Culturas – Actas*, 1993, p. 272; e Gervasis Mulakara, *op. cit.*, pp. 58-59.

¹⁹ Vide Gervasis Mulakara, *op. cit.*, pp. 58-59.

²⁰ Vide José Manuel Correia, *Evangelização portuguesa em Cochim nos séculos XVI e XVII*, separata do *Congresso Internacional de História da Missão e Encontro de Culturas – Actas*, 1993, pp. 272-273; e Gervasis Mulakara, *op. cit.*, p. 51; *idem*, «Portuguese missionaries in Cochim till 1558», in *Studia*, n.º 49, 1989, pp. 75-76.

²¹ Vide o «Assento para o dinheiro do cabedal que foi para Cochim», Goa, 7.IV.1630, in *Historical Archives, Goa* (doravante HAG), *Assentos do Conselho da Fazenda*, livro 4 (cód. 1162), fols. 196v.º-197.

²² Vide Pedro Dias, *op. cit.*, p. 186.

²³ Vide José Manuel Correia, *op. cit.*, p. 169; Gervasis Mulakara, *op. cit.*, pp. 92-93; e sobretudo Pedro Dias, *op. cit.*, p. 186. Leia-se ainda a breve síntese de Dauril Alden, in *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996, pp. 48-49.

como ordem dinamizadora dos princípios da Reforma Católica, os serviços da Companhia de Jesus tornaram-se indispensáveis até para a regência da diocese, criada em 1558 para controlar a costa do Malabar e todo o Oriente até à Birmânia. Este espírito empreendedor dos Jesuítas provocou inimizades com os Dominicanos, e sobretudo com os Franciscanos. Não será por acaso que vemos surgir alguns Franciscanos como testemunhas abonatórias dos cristãos-novos, enfrentando assim a devassa levantada contra estes, em 1558, por incentivo do jesuíta D. Gonçalo da Silveira²⁴. Por sua vez, o mosteiro da Ordem de Santo Agostinho, em torno da ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, seria erguido em 1580²⁵.

O padre Sebastião Gonçalves, por volta de 1600, dá também conta da existência de outros edifícios religiosos ainda não referidos: a igreja de S. Lázaro, a sul, no exterior das muralhas, em volta da qual se acantonavam os leprosos; e as de Nossa Senhora da Guia, de Nossa Senhora da Piedade, de S. Luís, de S. Tomé, de Santa Bárbara, de Nossa Senhora da Anunciada, de Nossa Senhora da Graça; dos mosteiros de S. João e dos Franciscanos Descalços; e ainda das capelas de Nossa Senhora do Amparo – dos «cristãos da terra» –, de S. Tiago, de Nossa Senhora dos Anjos e de Nossa Senhora dos Remédios – esta última onde se recolhiam as donzelas órfãs²⁶.

Cerca de trinta e cinco anos mais tarde, Pedro Barreto de Resende dá conta ainda da existência dos vigários de Nossa Senhora da Boa Viagem, de Nossa Senhora da Saúde, de S. Luís, de S. João do Castelo, da ilha de João Pereira (Vendurutti) e da ilha de S. Tomé²⁷. Um anónimo quinhentista refere ainda uma ermida dedicada aos Reis Magos²⁸ e, em 1617, o padre João de Paiva menciona uma igreja de Nossa Senhora da Salvação²⁹.

Há igualmente notícia da existência, em Cochim, de uma Santa Casa da Misericórdia – fundada em 1521 – a qual, como vimos acima, passou a cooperar nos serviços hospitalares e que, também na opinião do padre

²⁴ Vide o nosso artigo «From Setúbal to the Sublime Porte: The Wanderings of Jácome de Olivares, New Christian and Merchant of Cochin (1540-1571)», in *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. II, 1995, p. 99. Reproduzido com a mesma paginação na colectânea *Simmers and Saints. The Successors of Vasco da Gama*, ed. por Sanjay Subrahmanyam, Deli, Oxford University Press, 1998.

²⁵ Vide Pedro Dias, *op. cit.*, p. 186.

²⁶ Vide a *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infiéis a nossa sancta fee catholica nos reynos e provincias da Índia Oriental*, pub. por José Wicki, vol. II – *História da Companhia de Jesus no Oriente (1546-1561)* – Coimbra, Atlântida, 1960, pp. 208-209.

²⁷ In «Livro do Estado da Índia», Bibliothéque Nationale de Paris (doravante BNP), *Fonds Portugais*, ms. 36, fól. 279 v.º

²⁸ British Librarie (doravante BL), *Additional*, cód. 28433, fól. 133.

²⁹ «Apontamentos sobre a Cristandade para o senhor Bispo Governador da Índia», in IAN/TT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 674 – «Memórias da Congregação de Santo Agostinho no Oriente» – fól. 379.

Sebastião Gonçalves, era uma das mais bem «servidas da Índia»³⁰. O seminário dependia do mosteiro de Santo António, e foi edificado em 1527³¹.

O porto

Até à ascensão de Goa como capital do Estado Português da Índia, em 1530, Cochim foi o principal centro político-militar e naval dos Portugueses – daí que as primeiras e mais antigas taracenas desta urbe estivessem acabadas já em 1506³². Era nesta cidade que aportavam as armadas do Reino, e também grande parte das armadas da Índia. Vítor Rodrigues demonstrou a importância da ribeira de Cochim como principal centro de construção e reparação naval durante a governação de Afonso de Albuquerque³³. Importância que continuou a deter, não obstante a dimensão dos estaleiros de Goa, até à década de setenta do século XVI, quando os de Cochim se mostraram inadequados para a construção das galés necessárias à defesa do Malabar. Por essa altura, a feitura de embarcações em Cochim tornou-se escassa e Goa, centralizando os serviços, passou a receber, maioritariamente, as naus com os materiais necessários para a construção naval. Por outro lado, a obtenção do ferro e da madeira em Chaul e em Baçaim acabaria por favorecer o serviço de construção no porto mais próximo de Goa, em detrimento de Cochim³⁴. Todos estes factores acabaram por secundarizar Cochim em termos de política oficial, mas não desvaneceram o seu lugar de grande porto do Malabar, onde se gizavam ligações privilegiadas com outras regiões da Ásia³⁵.

A Câmara

O grande órgão do poder civil era a Câmara. O «terlado da patente per que el-rei Dom João noso senhor fes a vila de Cochim sidade e a petição porque foi terladada juridiquamente de purgaminho em que primeiro estava

³⁰ *Op. cit.*, p. 209.

Sobre a Misericórdia de Cochim leia-se ainda, por exemplo, Pedro Dias, *op. cit.*, p. 186; e José Manuel Correia, *op. cit.*, pp. 196-197.

³¹ Cf. Gervasis Mulakara, *op. cit.*, p. 55.

³² Cf. Pedro Dias, *op. cit.*, p. 187.

³³ Vide *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, trabalho apresentado para efeitos de prestação de provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical – Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, vol. I, 1998, pp. 133 e 211.

³⁴ Cf. José Manuel Correia, *op. cit.*, pp. 136-139.

³⁵ Vide, em geral, o artigo de Sanjay Subrahmanyam, «Cochin in Decline, 1600-1650: Myth and Manipulation in the Estado da Índia», in *Portuguese Asia. Aspects in History and Economic History (16th and 17th centuries)*, ed. de Roderich Ptak, Estugarda, Franz Steiner Verlag, 1987, pp. 59-85.

em papel» revela que, pelo menos desde 1527, Cochim era administrada não somente pelo capitão, mas também por um «Conselho de Vereadores», eleito pelos cidadãos³⁶. Representava sobretudo os interesses dos comerciantes da cidade, e os seus membros correspondiam-se directamente com o rei³⁷. K. S. Mathew apurou que os capitães de Cochim se desentenderam, por vezes, com os membros daquele órgão soberano, mas que estes sempre conseguiram o apoio dos vice-reis e governadores³⁸. É que os membros da Câmara representavam, na realidade, os interesses daqueles que permaneciam na cidade, e que estavam interessados em desenvolver os seus interesses privados no contexto desta e a protegê-la. A constituição da Câmara de Cochim seria semelhante àquela descortinada por Charles Boxer, relativamente à de Goa. Segundo este autor, a Câmara de Goa era constituída por dez membros, com direito de voto. O presidente da municipalidade era invariavelmente um membro da alta nobreza (um fidalgo), assistido por dois da baixa nobreza. Os outros membros da municipalidade eram dois juizes das pazes (juizes ordinários), o procurador da cidade e os quatro procuradores dos mesteres. As sessões verificavam-se duas vezes por semana, e a municipalidade – como já vimos – tinha o direito de comunicar com o rei de Portugal. Todos os membros da Câmara eram *casados*, ou seja, portugueses residentes no local, e eram eleitos por um ano³⁹. Aliás, como já foi referido, era um órgão soberano que representava os seus interesses.

Retrato de Cochim de Baixo com Cochim de Cima ao lado

Uma visão do espaço urbano

Quatro gravuras de Cochim, inseridas na obra de Philippus Baldaeus, *Naawkeurige Beschryvinge van Malabar en Coromandel*, permitem-nos uma

³⁶ Vide «Privilégio da cidade de Cochim», Santa Cruz de Cochim, 27.III.1538, in Biblioteca da Ajuda (doravante BA), ms. 51-VIII-14, fols. 1-3. Pub. por K. S. Mathew e Afzal Ahmad, in *Emergence of Cochim in the Pre-Industrial Era (A study of Portuguese Cochim)*, Pondicherry, Pondicherry University, 1990, pp. 1-3.

Vide ainda algumas referências de K. S. Mathew in «Introduction», *idem.*, pp. xviii-xxvi.

³⁷ Vide o nosso estudo «From Setúbal to the Sublime Porte», in *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. II, 1995, pp. 105-106; reproduzido com a mesma paginação in *Sinners and Saints*, 1998. Vide também o nosso livro *O Rei que foi em peregrinação a Varanasi. Cartas de Rama Varma, rája de Cochim, nas Miscelâneas Manuscritas de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, pp. 27-31.

³⁸ Cf. *Emergence of Cochim*, 1990, p. xix.

³⁹ Cf. Charles Boxer, *Portuguese society in the Tropics. The municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1965, pp. 12-13.

visão da malha urbana da cidade, aquando da conquista holandesa⁴⁰. Em frente à ilha de Vaipim, observam-se, da esquerda para a direita, a catedral de Santa Cruz, a igreja de S. Francisco, e as grandes torres de S. Domingos e do Colégio dos Jesuítas. Ao fundo, à direita – mas na verdade, no extremo sul da cidade – erguia-se o hospital de S. Lázaro, em torno da igreja do mesmo nome, onde se tratavam os doentes leprosos. Se cruzarmos a visão destas gravuras com a planta da (grande) malha urbana de Cochim, também apresentada na obra de Philippus Baldaeus⁴¹, podemos vislumbrar o que seria provavelmente a casa do governador, ladeada por duas torres (segunda gravura – lado do mar); de novo, o grande volume de S. Domingos, na realidade edificado mais próximo da muralha que ladeava a cidade do lado da terra (terceira gravura – lado da terra); e o edifício da Câmara, isolado (primeira gravura, entre o segundo e o terceiro bastião).

Outra perspectiva é a das gravuras da Cidade de Cochim, inseridas, respectivamente, no *Livro das plantas das fortalezas [...]*, elaborado entre 1633 e 1641⁴², e no primeiro volume da *Ásia Portuguesa*, de Manuel de Faria y Sousa, de 1666⁴³, mas que nos mostra, tal como na planta da obra de Baldaeus, uma cidade basicamente «alinhada», sobretudo na parte mais meridional, e dois grandes espaços «abertos»: a norte, onde se desenvolvia a vida sócio-política, com o Hospital, a casa do bispo, a Câmara, a Misericórdia, a antiga fortaleza e, na parte nordeste, o convento de Santo Agos-

⁴⁰ Amesterdão, por Johannes Janssonius van Waasberge en van Sommer, 1672, gravuras entre as pp. 114 e 115.

Há uma reprodução das mesmas gravuras na edição inglesa de Londres, de 1704, com o título *A True and Exact Description of the most celebrated East-India Coasts of Malabar and Coromandel [...]*, in *A Collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts. Others Translated out of Foreign Language, and now first Publish'd in English. To which are Added some Few that have formerly apper'd in English [...]*, Londres, impresso para Awsham e John Churchill in Black Swan, vol. III, pp. 561 a 901, mais propriamente entre as pp. 630 e 631; e também uma reprodução da edição holandesa, com legendas dos editores em inglês, in *The Dutch in Malabar*, com introdução e notas de A. Galetti, Rev. A. J. van Der Burg e Rev. P. Groot, Nova Deli, Usha Publications, 1984, gravura entre as pp. 16 e 17. É esta reprodução que utilizaremos, por ser a mais elucidativa. Vide *infra*, Apêndice Iconográfico, n.º 3.

Salientemos que ainda existe outra edição inglesa da obra, in *A Collection of Voyages and Travels [...]*, de Londres, por John Wathoe, vol. III, 1732, pp. 500-822.

⁴¹ Vide *infra*, Apêndice Iconográfico, n.º 4.

⁴² *Livro das plantas das fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental, com as demonstrações do marítimo dos reinos, e províncias donde estão situadas, e outros portos principais daquelas partes*, edição preparada e prefaciada por Luís da Silveira, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991.

Vide *infra*, Apêndice Iconográfico, n.º 1.

⁴³ Também reproduzida na tradução castelhana de Isabel Ferreira Amaral Pereira de Matos, Maria Vitória Garcia Santos Ferreira e Manuel Busquets de Aguilar, Porto, Livraria Civilização, vol. I, 1945, entre as pp. 160-161; e por Luís da Silveira, in *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, vol. III, s.d., estampa 725, p. 415 (a reprodução é a da tradução portuguesa do castelhano).

tinho e o pólo comercial, com o bazar e o «Pezo da Pimenta» (provavelmente o grande edifício telhado à direita, na gravura central do Livro de Baldaeus – lado da terra ⁴⁴) – ou seja, a praça de S. João, segundo François Pyrard de Laval ⁴⁵; e a oriente temos a grande abertura sobre a praia. Outra artéria fundamental da cidade era – conforme o antigo modelo das urbes portuguesas – a Rua Direita, que atravessava a cidade desde o largo da Câmara até ao extremo sul, onde os cristãos-novos de Santa Cruz tinham as suas tendas de comércio, e os judeus de Cochim vinham mercadejar ⁴⁶. Presume-se que seria também, como em Goa, o grande eixo norte-sul da urbe ⁴⁷.

Como se pode verificar pelas gravuras inseridas na obra de Baldaeus, o conjunto urbano desenvolvia-se em altura, observando-se muitos edifícios públicos com mais de um andar. Algumas casas possuíam uma torre que servia de arrecadação, como se pode constatar pelos processos dos cristãos-novos de Cochim ⁴⁸. Temos também conhecimento que as casas de Santa Cruz de Cochim tinham fundações fortes e profundas – o que revela, mais uma vez, o seu desenvolvimento vertical – e que possuíam janelas e portas largas para facilitar o arejamento num clima quente e húmido. Algumas dessas casas possuíam mesmo um jardim frontal, e as dos fidalgos estavam ornadas com varandas ⁴⁹. Philippus Baldaeus refere ainda que as melhores

⁴⁴ Vide *infra*, Apêndice Iconográfico, n.º 3.

⁴⁵ *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, versão portuguesa, correcta e anotada por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, edição revista e actualizada por A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização Editora, vol. I, 1944, p. 319.

⁴⁶ Vide os nossos artigos «From Setúbal to the Sublime Porte», in *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. II, 1995, pp. 109-110; reedição com a mesma paginação in *Simmers and Saints*, 1998; e «Outras gentes em outras rotas: judeus e cristãos-novos de Cochim – entre Santa Cruz de Cochim e Mattancherry, entre o Império Português e o Médio Oriente», in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. dir. por Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 315 e 323.

⁴⁷ No que respeita à Rua Direita de Goa veja-se o estudo de Rafael Moreira, «Goa em 1535. Uma cidade manuelina», in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 8, vol. II, 1995, p. 183.

Relativamente à funcionalidade da «Rua Direita» nas cidades portuguesas do Decão, escreve José Manuel Fernandes – «(...) o espaço agregador é sempre a Rua Direita (directa), elemento de continuidade espacial, ligando largos e outras ruas, ou portas a portas, e que assim se substitui à inexistente “praça principal”, como verdadeiro eixo aglutinador e lugar central do comércio/serviços – suprimindo igualmente a dificuldade de dar coerência a uma malha geral pouco definida geometricamente» – in «De Cochim a Diu – análise de alguns espaços urbanos na Índia de influência portuguesa», in *Encontros sobre Portugal e a Índia*, Lisboa, Fundação Oriente/Livros Horizonte, 2000, p. 159.

⁴⁸ Vide Ana Cannas da Cunha, *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)*, Lisboa, Divisão de Publicação dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995, p. 181; e José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, «Outras gentes em outras rotas», in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, 1998, p. 315.

⁴⁹ Cf. K. V. Suji, *Cochin and the Portuguese. A Study on the Colonial Impact*, a written account submitted from the Preliminary of the Degree of Doctor of Philosophy of the University of Calicut, Departement of History – University of Calicut, Dezembro de 1994, pp. 56-57.

casas de Cochim tinham os seus quintais e jardins rodeados por muros finos, mas fortes e altos, o que permitia preservar certa privacidade ⁵⁰ – realidade a reter, se pensarmos que tal facilitaria algum necessário secretismo da vida dos cristãos-novos.

Philippus Baldaeus compara Santa Cruz, na véspera da conquista holandesa, a algumas das melhores cidades da Europa, não sendo porém tão vasta como a urbe de Batávia ⁵¹. Uma comparação com as plantas seiscentistas portuguesas já referidas, e com os mapas actuais da Península de Cochim, permite-nos tecer algumas considerações. O padre A. Mathias Mundadan especifica no seu artigo «The town of Cochin and the Portuguese» que a cidade de Santa Cruz se estendia a norte, desde a actual ponte de Calvetty, com as muralhas de defesa bordejando o «Chellai Canal» ⁵², até à parte mais meridional. Tal corresponde basicamente à área actual da municipalidade de «Fort Cochin», embora esta seja, na realidade, mais vasta ⁵³. Como se pode verificar pelas já mencionadas plantas seiscentistas portuguesas da cidade, presume-se que o canal divisório – designado «Rio del Estero» no mapa de Cochim da *Ásia Portuguesa*, de Manuel de Faria y Sousa ⁵⁴ – era muito mais extenso e largo, encontrando-se hoje deveras assoreado ⁵⁵. A ilha de Bendurte (Vendurutti), outrora diminuta, foi transformada por aterros na grande ilha de Willingdon – a ilha do aeroporto – quase ligada à terra firme ⁵⁶.

Um mapa actual da península de Cochim permite-nos compreender que a ligação entre os centros de decisão portugueses – sites, portanto, na actual municipalidade de «Fort Cochin» – e o palácio do *rája* (Dutch Palace) – situado na actual municipalidade de «Mattancherry» – estava facilitada pela curta distância ⁵⁷: apenas em um quarto de hora, segundo o padre Georg Schurhammer, alcançava-se Cochim de Cima ⁵⁸. Mas tratava-se, na verdade, de uma grande urbe, tendo cerca de 1,5 km de largura na área mais a norte, na embocadura do lago Vembanad, e cerca de 3,5 km, de comprimento ⁵⁹.

A teia portuguesa

A área de controlo português, de forma mais ou menos indirecta, estendia-se na realidade para além da urbe de Santa Cruz. Tal provocava

⁵⁰ *Op. cit.* (citamos a edição inglesa de 1732), p. 568.

⁵¹ *Idem*, pp. 567-568.

⁵² In *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa – Actas*, ed. dir. por Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, p. 263.

⁵³ Vide *infra*, Apêndice Iconográfico, n.º 5.

⁵⁴ Vide *infra*, Apêndice Iconográfico, n.º 2.

⁵⁵ Vide *infra*, Apêndice Iconográfico, n.ºs 1 e 2.

⁵⁶ Vide *infra*, Apêndice Iconográfico, n.º 6.

⁵⁷ Vide *infra*, Apêndice Iconográfico, n.º 7.

⁵⁸ *Op. cit.*, vol. II, 1997, p. 290.

⁵⁹ Vide *infra*, Apêndice Iconográfico n.º 5.

frequentes atritos com as autoridades hindus, nomeadamente porque essa apetência para prolongar o património luso atingia, com frequência, uma dimensão religiosa. Por exemplo, sabemos que a ilha de Vendurutti passou a ser património da catedral⁶⁰, mas que esta sempre foi uma «questão quente», devido à situação estratégica da mesma – entre a península e a costa, na embocadura do lago Vembanad, o que permitia um controlo sobre o comércio fluvial da pimenta – e que houve graves dissensões entre o *rajá* Goda Varma (1645-1646?) e o seu antigo senhor, D. Gaspar de Azevedo⁶¹. Outros eventos permitem-nos sustentar que o factor religioso, aliado ao sentido de autoridade, era o elemento fundamental das disputas. A conversão de pessoas pertencentes a castas superiores sofreu sempre uma oposição nítida dos *rajás*. Na verdade, a infiltração da «ordem cristã» nas terras dos *rajás* resultaria na destruição do sistema sócio-religioso em que aqueles detinham um poder fundamental⁶². Daí a oposição sistemática à conversão, para além das populações acima referidas, cuja situação de «marginalidade» as colocava fora da pretendida preservação do «edifício» da sociedade hindu.

As autoridades portuguesas pretenderam modificar a situação. Afonso de Albuquerque recebeu ordens para converter o *rajá* Rama Varma (1505?-1537?), fazendo-se acompanhar do intérprete Duarte Barbosa e do ouvidor Pero de Alpoim. Contudo, era o sistema social estabelecido que pesava: entre os argumentos negativos do *rajá* surgiu a alusão que, se ele se convertesse, os súbditos deixariam de lhe obedecer⁶³.

Um dos mais fascinantes documentos sobre o «jogo de xadrez» que eram os embates entre *rajás* e os religiosos são os designados «Apontamentos sobre a cristandade para o senhor Bispo Governador da Índia», ou seja, o agostinho D. frei Luís de Brito e Meneses⁶⁴, escritos por João de Paiva e datados de 21 de Novembro de 1627.

Nesta verdadeira diatribe contra o senhor reinante – Vira Kerala Varma (1624-1635) – o autor não se escusou de referir, logo de início, que a Cristan-

⁶⁰ Cf. A. Mathias Mundadan, *art. cit.*, p. 263.

⁶¹ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *art. cit.*, p. 83.

⁶² Cf. Susan Bayly, *Saints, Goddesses and Kings. Muslims and Christians in South India, 1700-1900*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, sobretudo P. I, 1 – «South India religion and society».

⁶³ Cf. «Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel», Cochim, 20.XII.1514, in IAN/TT, CC, P. I, m. 17, n.º 28. Pub. in *Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, sob a direcção de Raymundo António de Bulhão Pato e Henrique Lopes de Mendonça, Lisboa, Academia Real das Ciências, vol. I, 1884, pp. 367-369. Vide ainda A. da Silva Rego, *op. cit.*, pp. 116-119; e Georg Schurhammer, *op. cit.*, vol. II, 1997, pp. 691 e 709.

⁶⁴ Sobre aquele que foi governador da Congregação de Santo Agostinho, provincial dos Agostinhos de Goa, bispo de Meliapor, bispo eleito de Cochim e governador da Índia (1627-1629), vide Teófilo Aparício Lopez O.S.A., «La Orden de San Agustín en la Índia (1572-1622)», in *Studia*, n.º 40, 1978, pp. 55-59. Vide ainda Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova ed. dir. e preparada por Damião Peres, Porto, Livraria Civilização Editora, vol. II, 1970, pp. 691 e 709.

dade existente nas terras do rei de Cochim, sendo a mais vasta do Malabar era, contudo, a «*pior tratada de todo Elle*», salientando que os Cristãos eram menos respeitados que os Muçulmanos e os Judeus. Pretendendo recobrar a sua antiga autoridade, o *rajá* ordenou aos seus regedores que prendessem os súbditos cristãos, quando estava consignado que, excepto em crimes de morte, aqueles eram julgados pelas «justiças» do rei de Portugal. Um dos regedores foi também acusado de roubar os bens dos Cristãos, retirando-lhes os palmares que, para muitos, eram a base da sua sobrevivência. Mais acutilante para as pretensões dos religiosos cristãos, o regedor também sonegara os palmares de alguns padres e destruíra as propriedades da Igreja. Foi o que aconteceu com os palmares dos templos de Nossa Senhora da Saúde, de Nossa Senhora da Salvação e de S. Tomé. O *rajá* chegou mesmo a impedir a construção de uma igreja junto do mosteiro de S. João, e a ordenar que se tirassem três cruzeiros, um próximo da igreja de Mattancherry, e duas na ilha de Vendurutti.

Desconhecemos exactamente a ordem religiosa a que pertencia o autor dos «Apontamentos»⁶⁵, mas devia tratar-se de um agostinho, pois o documento está incluído nas «Memórias da Congregação de Santo Agostinho no Oriente», sendo dirigidas a um membro da ordem que era simultaneamente (e excepcionalmente) governador da Índia. Assim se explica que o autor aproveitasse a ocasião propícia para levantar o libelo contra uma das ordens – «novas» no contexto da Reforma Católica – mais operantes e eficientes no Oriente: os Jesuítas. Na realidade, o autor dos «Apontamentos» não se escusou de informar que os palmares sonegados ao padre Estêvão Carvalho foram entregues por um regedor hindu aos «padres da Companhia». Estes acolheram também um homem que espancou o vigário de uma igreja e, mais grave ainda, quando o *rajá* aceitou a petição da Câmara e do capitão de Santa Cruz de Cochim, para que o regedor fosse afastado, um dos membros da Companhia – o padre Francisco de Oliveira – fez com que ele retrocedesse nos seus intentos. João de Paiva acusou ainda este jesuíta de se aliar ao judeu Samuel Castiel – «*inimigo serval em cuberto da christandade e dos Portuguezes*» – asseverando:

«E assim o mesmo padre há-de trabalhar de defender e emcobrir todas suas cousas e as de hum judeu Mudeliar do dito Rei a quem chamão Samuel.»

As chaves do sucesso da Companhia surgem num parágrafo lapidar: foi acusada de ter comprado muitos palmares e ilhas ao *rajá*, e daí resultava que o Pai dos Cristãos (um jesuíta, portanto) não defendia os cristãos nem se revoltava contra as arbitrariedades do regedor, sugerindo mesmo o autor

⁶⁵ Fortunato de Almeida faz referência a um padre João de Paiva que, antes de 1630, foi chantre da Sé de Cochim, não mencionando, porém, se era agostinho – *op. cit.*, vol. II, p. 711.

que se devia retirar o cargo aos Jesuítas, se não o exercessem convenientemente⁶⁶. Aliás, sabemos que esta incisão do poder religioso – contando com a fundamental base territorial, que significava sempre um atentado à autoridade do senhor de Cochim, sobre terras e gentes – foi um dos factores fundamentais que minaram as bases da relação entre o Estado e os soberanos hindus⁶⁷.

Cercar para evitar

Outro desses factores de atrito entre o Estado e o *rajá* relaciona-se com a construção da muralha que passou a cercar a cidade. A amplitude da área submetida à autoridade portuguesa, o facto de se estender ao longo da costa⁶⁸, e ainda a realidade daquela cidade ser um importante «depositório» das mercadorias oriundas do sul, faziam com que as autoridades portuguesas insistissem sobre a necessidade de fortificação⁶⁹. Como especifica o próprio rei D. Filipe I de Portugal, já seu sobrinho D. Sebastião emitira provisões para que parte dos proventos de duas viagens à China, concedidas aos *casados*, fosse deslocada para a fortificação da cidade⁷⁰. Contudo, ao contrário do que salientou A. Mathias Mundadan, o Estado, ao insistir na fortificação, estava não a impedir que os cidadãos de Cochim molestassem o *rajá*⁷¹, mas a lutar contra um inimigo interno – as relações escusas, por vezes de contrabando, entre os *casados* e os *rajás*, que afectavam os interesses régios.

Os indícios acumulam-se ao longo de várias missivas. Já na carta acima referida, em que D. Filipe I de Portugal aludia às provisões do seu sobrinho, o soberano aconselhava o governador Manuel de Sousa Coutinho para tratar do assunto de Santa Cruz, «tratando-la com menos escândalo d'El-Rei de Cochim»⁷². Mas foi mais explícito numa carta enviada ao mesmo governador, em 26 de Maio de 1589. Nela elucidava que se devia fortificar a cidade pela «banda do mar», construindo-se alguns baluartes e informando-se o

⁶⁶ «Apontamentos sobre a cristandade para o senhor Bispo Governador da Índia», in IAN/TT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 674 – «Memórias da Congregação de Santo Agostinho no Oriente» – fols. 378-381 (citação do fól. 380 v.º).

⁶⁷ Vide, por exemplo, o nosso estudo, *O rei que foi em peregrinação a Varanasi. Cartas de Rama Varma, rāja de Cochim, nas Miscelâneas Manuscritas de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, 1997, pp. 65-73.

⁶⁸ Vide *infra*, Apêndice Iconográfico, n.ºs 1 e 2.

⁶⁹ Vide «carta de D. Filipe I de Portugal para o governador Manuel de Sousa Coutinho», Lisboa, 26.III.1598, in Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), *códice* (doravante *cód.*) 281, fól. 60.

⁷⁰ «Carta de D. Filipe I de Portugal para o governador Manuel de Sousa Coutinho», Lisboa, 6.II.1589, *idem, ibidem*, fól. 29 v.º.

⁷¹ Cf. *art. cit.*, p. 261.

⁷² Vide *supra*, nota 70.

rei de Cochim que aqueles se edificavam para segurança da cidade, do «Peso da Pimenta» e da própria alfândega, de que ele obtinha tantos proventos. Enquanto a cidade ficava aberta do lado fronteiro às terras do *rajá*, sob o pretexto da construção dos baluartes juntar-se-ia material para circunscrever também aquela área, em tempo propício⁷³. Rama Varma não deixou de ripostar a esta tentativa de ludíbrio: chegou a escrever ao rei de Portugal que a fortificação da cidade portuguesa era sinal de desconfiança das autoridades portuguesas, respondendo aquele que tal não era correcto, e que o *rajá* não devia impedir tal obra⁷⁴. Em vão. Perante as reticências do *rajá*, D. Filipe I tentou aliciar o príncipe sucessor nesta matéria, escrevendo:

«Mui nobre príncipe de Cochim eu Dom Filipe etc. vos faço saber, que por hũa carta particular, que me escreveo dom Antonio de Noronha capitão desa cidade de Cochim soube o que pasastes com elle sendo presente o Reitor Jorge de Castro da Companhia de Jesus sobre a matéria da fortificação dessa cidade que folguei tanto de saber, polla prudência que nisto mostrais digna de sucederdes nesse Reino a el-Rei vosso irmão.»⁷⁵

Ainda em 1601, numa carta dirigida ao vice-rei Aires de Saldanha, D. Filipe II de Portugal alertava que o arcebispo D. frei Aleixo de Meneses o informara da atitude reticente do rei de Cochim no que respeitava à fortificação. Elucidando que se falava em cercar os quintais daquela cidade pela parte de S. João, estava de novo a apostar na tentativa de «fechar» a cidade pelo lado da terra⁷⁶. Quando o *rajá* Rama Varma (1553-1601) já partira na sua derradeira viagem a Varanasi, D. Filipe II continuava a constatar, perante a informação do capitão de Cochim, D. Garcia de Melo, e dos vereadores daquela cidade, que o maior obstáculo à construção da fortificação era pedir licença ao rei de Cochim⁷⁷. Morto Rama Varma, e sucedendo-lhe «Codobrama», D. Filipe II escreveu ao vice-rei, folgando de saber que se edificava um muro ao longo do rio, e que se tinha assentado fazer um muro ou forte ao longo do riacho que limitava a oriente a área urbana de Santa Cruz⁷⁸. Depois, numa carta de congratulação dirigida a «Codobrama», não

⁷³ «Carta de Filipe I de Portugal para o governador Manuel de Sousa Coutinho», Lisboa, 26.III.1589, in AHU, *cód.* 281, fols. 60-61.

⁷⁴ «Carta de D. Filipe I de Portugal para o vice-rei Matias de Albuquerque», Lisboa, 28.III.1594, *idem, ibidem*, fól. 275.

⁷⁵ «Cópia de uma carta de D. Filipe I de Portugal para o príncipe de Cochim», Lisboa, 6.III.1596, *idem, ibidem*, fól. 400-400 v.º.

⁷⁶ Datada de Lisboa, de 28.I.1601, *idem, cód.* 282, fól. 19 v.º.

Quanto às conversações mantidas entre D. frei Aleixo de Meneses e o *rāja*, acerca da necessidade de fortificar Santa Cruz de Cochim, vide António de Gouveia, *Jornada do Arcebispo [D. frei Aleixo de Meneses]*, introdução do padre Avelino de Jesus da Costa, Lisboa, Edições Didaskalia, 1988, pp. 271-271.

⁷⁷ «Informações sobre a Índia», Lisboa, 6.II.1602, in AHU, *cód.* 282, fól. 81 v.º.

⁷⁸ «Carta de D. Filipe II de Portugal para o vice-rei Aires de Saldanha», Lisboa, 15.III.1603, *idem, ibidem*, fól. 110 v.º.

deixou de o pressionar para que ajudasse nas obras de fortificação da cidade, as quais, com essa colaboração, se concluiriam brevemente⁷⁹.

A. Sreedhara Menon data o «cerco» da malha urbana de Cochim do ano de 1600⁸⁰. Num documento datável dos anos 20 do século XVII, o engenheiro Júlio Simão dá conta que Santa Cruz estava já fortificada «*pella banda do esteiro em que entra a maré e vaza e lhe serve como de cavas (?) e fica esta fortificação da banda de Cochim de Cima, e não he fortificação em forma ainda que nova*»⁸¹. Atentando na planta da cidade de Cochim, do *Livro das plantas das fortalezas, cidades, e povoações do Estado da Índia Oriental, com a demonstração do marítimo dos reinos, e províncias donde estão situadas, e outros portos principais daquelas partes*, como vimos, elaborado entre 1633 e 1641, verificaremos que surge a figuração de uma muralha ao longo da margem esquerda do riacho⁸². Se conjugarmos os dados acima referidos podemos avançar que a muralha foi erguida nos primeiros trinta anos do século XVII.

A imagem inserida na *Ásia Portuguesa*, de Manuel de Faria y Sousa, de 1666, é uma das mais interessantes relativamente à questão das muralhas, pois apresenta uma designação de três baluartes: o baluarte novo, no extremo norte de Cochim, que ainda hoje se observa (reconstruído); o quebrado; e ainda, no extremo sudoeste, o de Nossa Senhora da Guia⁸³. Observando as plantas portuguesas referidas, verifica-se a menção a três portas concretas, além das já referidas aberturas na praça e junto do Peso da Pimenta. Duas delas, com escadaria, ligavam a embocadura do lago Vembad à praça principal da urbe. Tratava-se do acesso «nobre» – pela parte marítima – ao «coração» oficial da cidade. Existia ainda uma outra, que dava acesso à ponte do esteiro: era uma verdadeira «porta de fronteira» que, sendo ultrapassada, levava aos domínios hindus⁸⁴. No extremo sul existia outra porta não especificada nas plantas, mas cujos vestígios podem ainda hoje ser observados nos jardins de Odatha⁸⁵, e que dava acesso à igreja e ao hospital dos leprosos, situados extra-muros. De qualquer forma, a ponte que se observa na plantas portuguesas já mencionadas e nas gravuras da obra de Baldaeus⁸⁶ – e que António Bocarro, em 1635, menciona como a

⁷⁹ «Carta de D. Filipe II de Portugal para o rei de Cochim (Codobrama)», Valadolid, 23.III.1604, *idem, ibidem*, fól. 232 v.º

⁸⁰ In *Kerala District Gazetteers, Ernakulam*, Trivandrum, Government Press, 1965, p. 146.

⁸¹ «Informação do engenheiro Júlio Simão sobre o estado em que presente está a fortificação da cidade de Cochim», s.l, s.d., in IAN/TT, *Livro das Monções*, n.º 15, fól. 151, pub. in *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, pub. sob a dir. de António da Silva Rego, Lisboa, Imprensa Navional-Casa da Moeda, vol. 7, 1975, pp. 306-307.

⁸² *Vide infra*, Apêndice Iconográfico, n.º 1.

⁸³ *Vide infra*, Apêndice Iconográfico, n.º 2.

⁸⁴ *Vide infra*, Apêndice Iconográfico, n.ºs 1 e 2.

⁸⁵ *Vide infra*, Apêndice Iconográfico, n.º 8.

⁸⁶ *Vide infra*, Apêndice Iconográfico, n.ºs 1, 2 e 3.

«que passa o esteiro»⁸⁷ – passou a ser a única «porta oficial» de contacto entre o *rajá* e os Portugueses. Aliás, o texto de António Bocarro é um excelente «retrato» desse «amuralhar» da cidade de Cochim. Escreve o autor:

«Pella banda do certão desd'a porta de terra do dito pezo da pimenta ate o muro que vai correndo a cidade, virando a mão direita, ha distancia de sem braças, aberta e sem muro, o qual começando vay continuando ao longo do dito esteiro, batendo-lhe a aguo a delle no pe do muro, em altura das ditas duas braças e meya, ate a Igreja de Sam Lazaro, por distancia de seteçentos paços, onde estão quatro baluartes imperfeitos e por acabar. Desd'a dita Igreja de Sam Lazaro ate Nossa Senhora da Guia vay correndo o muro mais baixo, distancia de trezentos paços, que não chega a duas braças, e mais singelo, que nem parapeito tem, ate chegar a dita ponta de Nossa Senhora da Guia, com que se fica acabando a serca da cidade, que toda em circuito tem dois mil duzentos paços.»⁸⁸

As consequências do «cerco» da cidade, ao nível do pretendido cercar de um contrabando em que se irmanavam *casados*, *rajás* e seus súbditos – inclusivamente judeus – são ainda difíceis de calcular. Mas até que ponto a «fortificação» contra o escuso «inimigo interno» não teve um efeito ainda mais perverso? É o que se pode constatar num conjunto de missivas relativas ao reinado de Vira Kerala Varma (Março de 1601-1615), em que este é acusado de enviar, exageradamente, pimenta para Meca, em conluio com funcionários portugueses, mas também com muçulmanos e judeus. Como contrapartida à diminuição dos proventos no contrabando, parece estar assim aberta a aposta na diversificação da prática comercial, através do apoio a outros grupos sócio-religiosos que também tentaram contornar a máquina coerciva do Estado Português da Índia⁸⁹.

Rua Direita, Rua de Coulão, Rua da Seda...

Uma observação cuidada das plantas de Cochim, já referidas, permitem-nos constatar uma vivência direccionada para o comércio.

Descortina-se aí, além da já mencionada Rua Direita e do espaço do Bazar, uma Rua de Coulão – que se reporta, certamente, às relações primordiais com esta praça mais meridional das especiarias – e uma Rua da Seda – que nos transporta ao caudal de comércio entre Cochim e o Extremo Oriente, através de Malaca. Presume-se que os principais ofícios se achavam agrupados em guildas, pois há uma legenda relativa aos Sapateiros, que

⁸⁷ In *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. II, 1992, p. 198.

⁸⁸ *Idem*, p. 99.

⁸⁹ Para mais elucidações sobre o assunto *vide* o nosso artigo «Outras gentes em outras rotas», in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, 1998, p. 333.

ocupavam uma área da rua Direita, junto a São Domingos; outra que menciona os Caixeiros, próximos da porta de acesso ao território hindu; e ainda, segundo a planta incluída na obra de Manuel de Faria y Sousa, temos os «Plateros», ainda mais próximos da referida porta»⁹⁰.

O «império» da pimenta

O artigo «sonhado» em Cochim foi a pimenta, instituída como monopólio régio logo em 1505⁹¹. Sabemos que os principais produtores da pimenta eram os chamados cristãos de S. Tomé que viviam na região, sendo os muçulmanos locais ou *mappillai* os intermediários que a transportavam até às localidades da costa, auferindo lautos lucros. Quer estes muçulmanos quer os próprios soberanos locais, aliciados pela procura daquela especiaria, não se escusaram de a vender aos recém-vindos. Mas, como realça Luís Filipe Thomaz, quer os comerciantes quer os soberanos locais, preferiam os mercadores privados portugueses à política de monopólio régio, que lhes era menos favorável. Assim, foi devido a estes e outros problemas que o «Estado», desde a governação de Lopo Soares de Albergaria (1515-1518), tentou evitar que os muçulmanos continuassem na sua posição de intermediários e apostou numa política de relações directas com os produtores, jogando inclusivamente com a sua identidade religiosa⁹².

Contudo, havia fugas nestes circuitos da pimenta, protagonizadas quer pelos senhores locais, como os *rajás*, quer pelo grupo de mercadores que tradicionalmente se dedicavam ao comércio daquele artigo, nomeadamente em direcção ao Golfo Pérsico e ao Mar Vermelho. Mas essas fugas verificavam-se também a um nível interno. Nesse parâmetro destaques aquelas organizadas por «passadores» e «pimenteiros» – para utilizarmos as terminologias de dois homens que agiam nos anos 20 do século XVII: respectivamente, o devassante Dr. Gabriel Pereira de Castro⁹³ e (entre outros)

⁹⁰ Vide Apêndice Iconográfico, n.º 2.

⁹¹ Vide Luís Filipe F. R. Thomaz, «A questão da pimenta em meados do século XVI», in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. dir. por Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. R. Thomaz, Angra do Heroísmo, 1998, p. 105

⁹² Vide a súmula de Vitorino Magalhães Godinho in *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Presença, vol. II, 1982, pp. 184-185; Jan Kieniewicz, «Pepper Gardens and Market in Precolonial Malabar», in *Moyen Orient & Océan Indien*, vol. 3, 1986, pp. 17-18; Luís Filipe F. R. Thomaz, «Diogo Pereira, o Malabar», in *Mare Liberum*, n.º 55, Julho de 1993, p. 53; e João Paulo Oliveira e Costa, «Os Portugueses e a cristandade siro-malabar (1498-1530)», in *Studia*, n.º 52, 1994, p. 149.

⁹³ Cf. o «Sumário do dr. Vicente Caldeira de Brito», Lisboa, 26.III.1622, que relata o resultado da devassa efectuada sobretudo em Goa pelo dr. Gabriel Pereira de Castro, in *Archivo General de Simancas, Secretarías Provinciales*, libro 1553, fól. 517. Referência apurada no artigo de Anthony Disney, «Smugglers and smuggling in the Western Half of the Estado da India in the Late Sixteenth and Early Seventeenth Centuries», in *Indica*, vol. 26, n.ºs 1-2, Março-Setembro de 1982, p. 59.

Jacques de Coutre, nas suas «Advertências» ao conde de Linhares, D. Miguel de Noronha⁹⁴. Os «passadores» eram os indivíduos que transportavam as mercadorias para os reinos indianos, por via terrestre e fluvial, operando inclusivamente para clientes não portugueses. Os «pimenteiros» (que muitas vezes podiam ser «passadores», e vice-versa) actuavam no mar, escusando-se ao pagamento de direitos nas alfândegas portuguesas. Eram muito activos em finais do século XVI e início do século XVII, operando em diversas partes do Índico, no Mar Vermelho, na costa do Hadramaute e no Golfo Pérsico, assim como em Moçambique e nos portos do Bengala. Logicamente, embora negociassem em muitas outras mercadorias, o seu epíteto revela que a pimenta era um dos artigos preferenciais entre os «ilicitamente» negociados⁹⁵.

Pode dizer-se, assim, que o pretendido controlo do comércio da pimenta malabar – sobretudo através de Cochim – não passou disso mesmo: uma pretensão.

Vitorino Magalhães Godinho não deixou de acentuar que a imposição militar portuguesa no Malabar, durante os primeiros anos do século XVI, se transformou num bom negócio. Escreve o autor:

«Em Outubro de 1503, a armada de Vasco da Gama reentrava no Tejo com uma carga de uns 30 000 quintais de especiarias – quinze vezes tanto quanto Cabral dois anos antes, e quase vinte vezes a carga de João da Nova no ano precedente.»⁹⁶

Ainda segundo as estimativas do mesmo autor, os quantitativos ficaram nos 22 000 quintais em 1505, descendo já para os 17 300 em 1506 – mesmo assim, ultrapassando bastante o volume de outras especiarias. A política de conquista e de afirmação do poder central, protagonizada por Afonso de Albuquerque, fez aumentar o volume das especiarias e das drogas embarcadas para o reino: 42 000 quintas em finais de 1512. Passados seis anos, já na governação de Lopo Soares de Albergaria, partiram de Cochim cinco naus transportando 50 000 quintais de pimenta, além de muito gengibre e outras especiarias e drogas. Tinha-se atingido, na expressão de Vitorino Magalhães Godinho, «o tecto da importação de especiarias e drogas», que jamais será ultrapassado.

⁹⁴ Cf. «Treslado de Unas Advertencias que dio Jacques de Coutto (sic) Al Conde de Liñares, Virrey que en este año de 1629 fue para la Yndia», in *Biblioteca Nacional de Madrid* (doravante BNM), ms n.º 2780 – «Vida de Jacques de Coutre, puesta en la forma que está por su hijo don Estevam de Coutre», Madrid, 1640 (o «Treslado» é o apêndice IX do referido manuscrito, e desenvolve-se entre os fól. 550 e 559). Pub. por Eddy Stols, B. Teensma e J. Werberckmoers, in Jacques de Coutre, *Andanzas asiáticas [de Jacques de Coutre]*, Madrid, Historia 16, 1990, Apêndice IX, pp. 429-438.

⁹⁵ Além das informações de Gabriel Pereira de Castro e de Jacques de Coutre, acima referidas, notas 91 e 92, vide ainda o artigo já citado de Anthony Disney, *supra*, nota 91.

⁹⁶ *Op. cit.*, vol. II, 1982, p. 176.

Vários factores contribuíram para uma «quebra» variável. Um deles foi a afirmação do Império Turco na Europa e no Mediterrâneo levantino, na década de 20 do século XVI (não obstante as revoltas na Síria e no Cairo) – com a consequente revitalização da rota do Levante – expurgando as pretensões portuguesas do controlo das mercadorias especiosas. Por exemplo, em 1548 são importados apenas 23 827 quintais de pimenta. Em 1584, por sua vez, foram enviados de Cochim apenas 6000 quintais. E em 1587, de 10 378 quintais carregados na Índia, só 9722 atingiram Lisboa, o que significa uma quebra de 6,3%. Ao problema já aqui cadente da incidência das perdas dos navios por excesso de volume acumulado e devido à pirataria holandesa e inglesa, acresce, na década de 90 do século XVI, as viagens organizadas daqueles, enfrentando directamente o monopólio português⁹⁷.

Questões de sobrevivência levaram a Coroa Portuguesa, já em 1570, a uma política de abertura do comércio da pimenta e de outras especiarias a qual, contudo, foi rapidamente substituída, entre 1576 e 1597, por um sistema de contratos. Na década de 20 do século XVII, a Coroa optou por «copiar» o modelo bem sucedido das Companhias das Índias Orientais inglesa e holandesa, através de uma parceria com uma sociedade anónima, que de facto foi criada em 1624. Mas esta Companhia cedo falhou (1634) devido ao fraco investimento obtido, ao insucesso dos contratos da pimenta e do seu transporte, e também porque os particulares já tinham investido a sua fortuna nos circuitos de comércio das mercadorias não monopolizáveis. Saliente-se no entanto que, não obstante os elevados preços da pimenta malabar e a concorrência da pimenta do Canará, foi em Cochim que a Companhia manteve o seu principal agente⁹⁸.

Contudo, não devemos perspectivar este tema do comércio da pimenta e de outras mercadorias malabares em geral, apenas de um ponto de vista interno, ou seja, da sua circulação no contexto da economia do Império Português e das trocas mercantis entre a Europa e a Ásia. Por exemplo, devemos ter em conta o fenómeno da concorrência (embora não avassaladora) das outras pimentas – da pimenta longa do Bengala e do Assam; e da pimenta do Canará, comprada em Onor e em Barcelor, nomeadamente na década de 30 do século XVII, sendo a primeira das cidades mencionadas a

⁹⁷ Informações retiradas de Vitorino Magalhães Godinho, in *Ensaio II – Sobre História de Portugal* – Lisboa, Sá da Costa, 1978, artigos «Flutuações Económicas e devir estrutural do século XV ao século XVIII», particularmente pp. 266-268 e 270-271 e «A rota do Cabo da Boa Esperança: de Vasco da Gama ao começo do século XIX», particularmente pp. 292-293, e 300-311 (expressão «tecto da importação das especiarias e drogas» na p. 303). Excepto para o ano de 1584, em que recorremos ao texto de Jan Kieniewkcz, «Peper Gardens and Markets in Precolonial Malabar», in *Moyen Orient & Océan Indien*, vol. 3, 1986, p. 6.

⁹⁸ Vide Anthony Disney, *A Decadência do Império da Pimenta: Comércio Português na Índia no início do século XVII*, tradução do inglês de Pedro Jordão, Lisboa, Edições 70, 1981, caps. I e III-VIII.

principal abastecedora desta especiaria, entre 1600 e 1650⁹⁹. Na segunda metade do século XVI e no século XVII, são sobretudo os portos de Sumatra que fornecem de pimenta o Mar Vermelho, chegando os Turcos a abrir uma feitoria no sultanato de Achém, para a compra daquela e de outras especiarias. Mas a influência do Achém neste negócio da pimenta vai fazer-se sentir mais «próximo» das possessões portuguesas no Índico – na baía de Bengala, no Pegu e nos portos do Coromandel, de onde importava arroz¹⁰⁰. Por outro lado ainda, não podemos esquecer os volumes de pimenta e de outras especiarias transportadas no espaço indiano e deste, directamente para o Mar Vermelho. Escreve Anthony Disney:

«Na prática, porém, apenas uma modesta fracção da pimenta produzida no Sudoeste da Índia e distribuída pelos intermediários era comprada pelos Portugueses. Em toda a área de produção, desde Onor, no norte, a Travancor, no sul, a produção mínima anual na primeira década do século XVII foi estimada em 100 000 “bahars” (258 000 quintais). Destes, não mais de 20 000-30 000 quintais seguiram para Lisboa nas carracas – uns escassos 10 por cento do trato. A maior parte dos restantes 90 por cento ou era consumida localmente ou exportada por via terrestre para outras regiões da Índia.»¹⁰¹

Segundo uma missiva de D. Afonso de Noronha, governador da Índia, de 1556, uma quantidade de pimenta avaliada em 20 000-25 000 quintais era transportada todos os anos através do Mar Vermelho, contra os 10 000-12 000 quintais então enviados nas carracas¹⁰².

Falta salientar como foi negociada especificamente a pimenta, em torno do reino de Cochim.

Entre as mercadorias requeridas para a compra da pimenta apontam-se o ouro, a prata, o coral, a escarlata e outros tecidos, mas sobretudo as espécies monetárias e o cobre¹⁰³. Este último metal, cujas médias anuais de entrada em Cochim foram de 4070 quintais entre 1510 e 1515 e entre 1517 e 1518, e de 8650 quintais entre 1521 e 1526, era adquirido directamente

⁹⁹ Sobre a pimenta do Canará vide, em geral, Anthony Disney, *op. cit.*, pp. 52 e 137; e Sanjay Subrahmanyam, *The political economy of commerce: southern India, 1500-1650*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 121-135, e sobretudo pp. 231-251.

¹⁰⁰ Sobre o comércio do Achém vide o clássico de Charles Boxer «Portuguese reactions to the revival of the Red Sea spice trade and the rise of Atjeh», in *Journal of South-East Asian History*, vol. X (3), 1969, pp. 415-428; Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. III, 1982, pp. 131-132; e Sanjay Subrahmanyam, *The political economy of commerce*, 1990, pp. 151-153.

¹⁰¹ *Op. cit.*, p. 51.

¹⁰² «Carta a El-Rei», Goa, 17.XII, in IAN/TT, CC, P. I, m. 108, doc. 15, pub. in *DHMPPPO, Índia*, vol. X, p. 157. Referência in Anthony Disney, *op. cit.*, pp. 224-225, nota 25.

¹⁰³ Vide K. S. Mathew, *Portuguese Trade with India in the Sixteenth Century*, Nova Deli, Manohar Publications, 1993 p. 149; e ainda, juntamente com Afzal Ahmad, *Emergence of Cochim*, 1990 (pp. VIII-IX da Introdução).

através da feitoria régia de Antuérpia ou fornecido por meio de contratos com grupos de capitalistas, como os Fugger. Na segunda metade do século XVI, pelo contrário, assiste-se, na expressão de Vitorino Magalhães Godinho, ao «triunfo dos reales» (de prata): por exemplo, uma média de 189 770 chegaram a Goa e a Cochim, entre 1580 e 1584. Interessante é o facto de, nos mecanismos do comércio através da Rota do Cabo, se instalar a compensação por letras de câmbio, sem deslocação material de espécies.

O valor final da pimenta de Cochim sempre foi mais elevado devido ao conjunto dos componentes em jogo. Assim, enquanto no Canará só se pagava directamente ao mercador, em Cochim deviam ser também remunerados os funcionários régios que vigiavam a pesagem, os direitos do rei de Cochim sobre a pimenta comprada, e o transporte desta para Goa, a partir de 1610-1611¹⁰⁴.

Na década de 20 do século XVII, devido à presença dos Holandeses e dos Franceses na costa do Malabar, com o consequente agravamento das dificuldades de ligação entre Cochim e Goa, a Coroa tentou incitar a Câmara e o próprio rei de Cochim a enviarem uma naveta àquela cidade, para que a pimenta fosse mais facilmente escoada – facto que não interessou àquele soberano. É que os *rajás* sempre mantiveram uma posição favorável ao «tráfego pimenteiro» – de tal forma que as autoridades portuguesas reconheceram que era preferível comprar a pimenta no Canará, e que a aquisição desta mercadoria em Cochim só tinha justificação no quadro da pretendida aliança com os reis daquela terra. Além desta realidade e de outra igualmente cadente – o facto de os mercadores particulares oferecerem mais dinheiro aos *rajás* pela compra da pimenta que o Estado Português, provocando o fluido desta para as terras interiores da Índia – acrescenta-se o problema das autoridades deixarem frequentemente de entregar as tenças prometidas aos *rajás*, provocando uma atitude de desconfiança e de descontentamento por parte destes. Ou seja, pode afirmar-se que esta ligação sub-reptícia dos senhores de Cochim a todos os sectores que mercadejavam «ilegalmente» a pimenta, é uma repercussão do próprio falhar das negociações contratuais entre os *rajás* e o Estado Português, no quadro do escoamento daquela e de outras mercadorias.

Mas não era só uma questão de falhas na ligação entre o Estado, em geral, e o *rajá*. A própria Fazenda não dispunha frequentemente, *in loco*, de capital suficiente para a compra da pimenta, recorrendo a empréstimos junto dos habitantes de Santa Cruz de Cochim, que recebiam juros de 10% em cada seis meses. Acontece que estas dívidas também ficaram sem pagamento durante anos o que, hipoteticamente, foi a consequência da quebra de confiança dos fornecedores. A ruptura no circuito de abastecimento da

¹⁰⁴ Vide Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. I, 1981, pp. 247-255.

pimenta teria sido mais uma das causas que levaram as naus da Carreira a não aportarem em Cochim, e a seguirem em direitura para Goa.

Estas quebras no circuito ideal do comércio da pimenta, segundo o modelo do monopólio pretendido pelo Estado, levaram a que os *rajás* ainda acentuassem mais a procura de canais alternativos. Assim, em 1603, vemos o próprio rei de Cochim enviar 4000 quintais de pimenta, juntamente com outras mercadorias, em direcção ao Mar Vermelho, sob «protecção» dos «cartazes» portugueses. Foi também devido aos consecutivos atrasos no pagamento da *copa* (um prémio anual em dinheiro, como recompensa pelo fornecimento de pimenta, no valor de 10 marcos de ouro) que os *rajás* deixaram de se preocupar em encontrar a pimenta para a feitoria portuguesa. Aliás, não será por acaso que as feitorias do sul do Malabar – como Coulão, a partir de 1620 – passaram a ser as principais fornecedoras de pimenta dessa região¹⁰⁵.

Por que continuaram então os *rajás*, até ao fenecer da presença portuguesa no Malabar, a pactuar com o Estado Português, enaltecendo-se como os aliados por excelência contra o inimigo comum – o *samorim* de Calecute – e architectando, quantas vezes no vazio, o seu lugar privilegiado de fornecedores da especiaria pretendida pelos Portugueses? É que, como bem notou Jan Kieniewicz, a aliança com os *rajás* de Cochim foi sobretudo considerada por estes como um tratado de independência política em relação aos *samorins* de Calecute, cimentado por uma influência junto dos outros senhores do Malabar. Influência essa que também era necessária para as pretensões portuguesas. Saliente-se que eram os *rajás* e seus «ministros» que organizavam o sistema de compras, impunham a ordem de forma a que fosse assegurado o transporte da pimenta pelo lago Vembanad e respectivas vias fluviais, e serviam de «garantes» dos empréstimos concedidos na feitoria portuguesa por entidades particulares¹⁰⁶.

Mas, não obstante as directrizes de Lisboa relativas ao monopólio régio, as próprias autoridades portuguesas, *in loco*, actuaram de forma a que a lei não passasse do papel. Sabemos que, desde 1520, vice-reis e governadores permitiam um limitado comércio particular da pimenta – realidade bem palpável em Cochim, com o conhecido envio daquela mercadoria para o Bengala, na década de 40 do século XVI. Curiosamente, em 1546, entre os particulares que negociavam a pimenta para aquela região, encontrava-se a

¹⁰⁵ Para estes quatro últimos parágrafos servimo-nos abundantemente do estudo de João Manuel de Almeida Teles e Cunha, *Economia de um império. Economia política do Estado da Índia em torno do mar Árábico e do golfo Pérsico. Elementos conjunturais: 1595-1635*, tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 420-424, 431, 436-438 e 444.

¹⁰⁶ Vide «The Portuguese Factory and Trade in Pepper in Malabar during the 16th Century», in *The Indian Economic and Social History Review*, vol. 6, n.º 1, Março de 1969, pp. 60, 68 e 70.

própria rainha D. Catarina. E este tipo de negócio é visível também em direcção ao Golfo Pérsico, ao Mar Vermelho e ao Guzerate¹⁰⁷. De tal forma que, na expressão de R. O. W. Goertz, inserida num estudo sobre aquela cidade do Malabar, nos anos 40 do século XVI, «pepper smuggling was a way of life in Cochin»¹⁰⁸.

Cochim como entreposto comercial

Já Duarte Barbosa, cerca de 1515, fazia referência à importância de Cochim como entreposto do comércio com Malaca¹⁰⁹.

Na realidade, o porto de Cochim, devido à sua situação geográfica, na costa sudoeste da Índia¹¹⁰, detinha uma posição estratégica que articulava colónias e o comércio entre várias zonas costeiras da Ásia. A este ergueram-se rotas mercantis com o Gujarate e com a costa a norte de Goa, especialmente com Diu, Surrate e Chaul. O comércio com o Gujerate implicava a exportação da pimenta, do gengibre, dos bens da China e de Malaca, dos couros e dos cocos, via Cochim, e a importação de ópio, de algodão, dos têxteis e dos cereais. Assinale-se também o comércio com Ormuz, com o Golfo Pérsico e com o Mar Vermelho, de que o texto de Tomé Pires permite desvendar uma ponta do véu. Vejamos o que diz o autor:

«E no malabar a principall mercadoria que [Ormuz] tráz sam cavallos arabios e parses aljofar salitre emxofre seda tutia pedre vme que se chama alexandrina em nosas partes caparrosa aziche sall em cantidade seda brãq^a mujtas tamgas sam moedas de prata de valia de sesemta & cimqo Rs ap & almjzqr as vezes ambra E mujta fruita seq^a triguo cevada & cousas a estas semelhants de comer.

«Retornam pimenta crauo canella gemgüire todo outro genero despeciariãs he dragorias que se gastam gramdememte na terra da persya & arabia he tambem alguua vay adem quamdo he mujta.»¹¹¹

De salientar que há notícias, nos processos dos cristãos-novos de Cochim, a um comércio – ilícito – com o Golfo Pérsico, que estes tentaram ocultar a todo o custo. Por exemplo, o próprio Luís Rodrigues acabou por mencionar, no seu processo, que tinha ido vender cavalos além do Cabo Comorim¹¹², o que demonstra o seu envolvimento no comércio de impor-

¹⁰⁷ Vide Sanjay Subrahmanyam, *art. cit.*, pp. 65-66.

¹⁰⁸ Vide «The Portuguese in Cochin in the mid-sixteenth century», in *Indica*, vol. 23, n.ºs 1-2, Março-Setembro de 1986, p. 69; e in *Studia*, n.º 49, 1989, p. 21.

Sobre este assunto consulte-se ainda Sanjay Subrahmanyam, *art. cit.*, pp. 65-66.

¹⁰⁹ Vide *supra*, nota 2.

¹¹⁰ Vide *infra*, Apêndice Iconográfico, n.º 2.

¹¹¹ «Suma Oriental», in *A Suma Oriental de Tomé Pires e o livro de Francisco Rodrigues*, leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra, por ordem da Universidade, 1978, p. 149.

¹¹² IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, processo (doravante proc.) 12.292, fól. 82 v.º

tação daqueles animais na área do Golfo Pérsico, para serem negociados em Vijayanagar¹¹³. Por sua vez, em Lisboa, a «Justiça Eclesiástica» acusou-o de vender artilharia aos infiéis e de aliciar um mouro para o levar a Meca¹¹⁴ – o que revela, mais uma vez, ligações estreitas com esta região. Mas sem dúvida que dominava o comércio com o Coromandel, com Malaca e com o Bengala. O comércio com os portos do Coromandel implicava a importação de têxteis e de arroz, e a exportação de teca, areca, pimenta e outras especiarias. O comércio de Malaca, assim como o de Macau, era essencialmente um negócio de reexportação de artigos oriundos do Extremo Oriente, como as sedas, os damascos, os brocados, o pau-da-China e as porcelanas. Em troca, eram ali vendidos os artigos do Gujarate e as especiarias do Malabar. Outra área essencial de comércio dos habitantes de Santa Cruz era o Bengala, mais precisamente Satgaon (Satigão, nas fontes portuguesas), Hugli, Chittagong e Dianga, de onde eram importados têxteis – mormente as sedas – o arroz e o açúcar, em troca da pimenta. O comércio com a China seria reforçado apenas na segunda metade do século XVI¹¹⁵. Mas desde a primeira metade que há uma linha de contacto com Ceilão, sobretudo devido à importação da canela, e com Martaban, Mergui – na costa do Tenasserim – Kedah, e com a terra da laca – o Pegu¹¹⁶. Assinale-se ainda o comércio com a ilha de Moçambique e com Sofala, de onde vinham, respectivamente, o marfim e o ouro¹¹⁷.

A querela dos impostos

Em 1530 o rei de Portugal tinha renunciado, em prol dos governantes de Cochim, e como recompensa pelo seu apoio, a todos os impostos sobre a prática comercial ali mantida¹¹⁸. Ora, como os impostos a pagar em Goa eram mais elevados – 6% – havia comerciantes que negociavam com os *casados* de Cochim, de forma a trazerem ali as suas mercadorias, como se

¹¹³ *Idem, ibidem*, proc. 5265, fól. 16.

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, fól. 9 v.º

¹¹⁵ Vide Sanjay Subrahmanyam, *art. cit.*, pp. 63-65 e 85; e ainda K. S. Mathew, *Portuguese Trade with India*, 1983, p. 146; e Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. III, 1982, p. 169 (relativa ao negócio da canela).

Especificamente sobre o comércio com o Bengala vide, de Sanjay Subrahmanyam, «Notas acerca do comércio de Bengala no Século XVI», cap. VI, in *Comércio e Conflito. A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*, tradução do inglês de Elisabete Nunes, Lisboa, Edições 70, 1990, pp. 119-120 e 125.

¹¹⁶ Vide o nosso estudo «Outras gentes em outras rotas», in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, 1998, pp. 316-317.

¹¹⁷ Cf. K. S. Mathew, *Portuguese Trade with India*, 1983, pp. 148-149.

¹¹⁸ Diogo do Couto, *Da Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente*, fac-símile da edição de 1778-1788, Lisboa, Edição da Livraria Sam Carlos, Década X, Parte I, livro IV, cap. 13 [doravante citado Couto, X (Década), P. (Parte) I, iv (livro IV), cap. (capítulo) 13].

fossem destes últimos. Outras vezes, sob o pretexto da perigosidade das monções, os mercadores, em vez de navegarem para Goa, acabavam por aportar em Cochim¹¹⁹. No sentido de ultrapassar esta situação, o vice-rei D. Francisco de Mascarenhas, recebeu instruções de D. Filipe I de Portugal, em 1583, para alterar os pressupostos sobre os direitos alfandegários em Cochim. Por intermédio do capitão de Santa Cruz de Cochim – Jorge de Meneses Baroche – o *rajá* Rama Varma (c. 1553-1600) foi persuadido a assinar um tratado com as seguintes cláusulas: 1 – todos os não-casados residentes em Cochim, e que traziam bens da China, Malaca e Molucas, teriam que vir precisamente a Goa para pagar os devidos direitos; 2 – os casados residentes em Cochim, assim como judeus, hindus e muçulmanos, deviam pagar ao *rajá* 6% de direitos de entrada de mercadorias; 3 – por todos os bens vindos do Norte, pertencentes a Portugueses, mestiços e nativos cristãos que não residissem em Cochim, pagar-se-iam direitos ao Estado Português. Contudo, este tratado, assinado em segredo, não foi do agrado nem dos casados nem do *rajá*: os primeiros porque tinham conseguido de Rama Varma o pagamento de apenas 3,5% de direitos de entrada das mercadorias, como recompensa pelos serviços que lhe haviam prestado, sem despendem qualquer quantia pela actividade de exportação; e o *rajá* porque não podia cobrar impostos sobre todo o tipo de mercadorias, e porque verificou que os negócios podiam ser diversificados para além do seu porto. Quando o acordo foi tornado público, a situação ficou de tal forma tensa que os residentes de Cochim – casados e nativos cristãos – provocaram uma insurreição armada¹²⁰.

O texto final foi redigido em 1585, no contexto de acordos que envolveram o *rajá*, o vice-rei D. Duarte de Meneses, mas também os casados (através da Câmara de Cochim). Segundo este «tratado», os casados continuariam a pagar ao *rajá* apenas 3,5% dos direitos de entrada das mercadorias, e estariam isentos no que respeita às exportações; os solteiros que passavam por Cochim e os cristãos que residiam a norte pagariam ao Estado Português 6% de direitos sobre os artigos importados ou exportados; por sua vez, muçulmanos, hindus, judeus, venezianos, arménios, cristãos de S. Tomé, «cristãos da terra» e aqueles residentes a sul, pagariam ao *rajá* os direitos usuais. Mais ainda, ficava estipulado o seguinte:

«[...] e todas as pessoas da obrigação Del-Rei de Cochim posto que não venhão com suas fazendas da Banda do norte os direitos dela são do dito

¹¹⁹ Biblioteca Nacional de Lisboa (doravante BNL), *cód.* 2702, fols. 1v.º, 3-3v.º e 4v.º-5. Vide ainda Sanjay Subrahmanyam, *art. cit.*, p. 68; idem, *The political economy of commerce*, 1990, p. 142.

¹²⁰ Cf. Couto, X, P. I, iv, 3. O texto de Couto foi reproduzido por Júlio Firmino Júdice Biker, na *Colecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e África Oriental desde o princípio da conquista até ao fim do século XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, vol. XIV, 1887, pp. 27-28.

rei de Cochim e pela mesma maneira os Cristãos da banda do norte que virem com suas fazendas do sul, os direitos dela são de Sua Magestade»¹²¹.

Esta última revisão do texto mostra o peso sócio-económico dos casados na cidade de Cochim. Mas, como salientou Sanjay Subrahmanyam, o «tratado» foi de tal forma negativo para o *rajá* que o representante deste só o aceitou pelo facto do seu senhor estar ausente, na fronteira, combatendo com o *samorim*¹²².

A sociedade local

Os «homens da terra»

«E assy não ha oye na India homens ricos senão em Cochim ...»

Além do corpo da guarnição e dos funcionários – com uma estadia a vários títulos precária – a sociedade local era dominada pelos casados, ou seja, os portugueses que se fixaram no local e ali mantiveram residência, dedicando-se essencialmente ao comércio. Neste grupo incluíam-se nobres (fidalgos e membros das Ordens Militares) e burgueses. Como se pode verificar pelo caso de Goa, eram eles que dominavam a vida sócio-económica da cidade através do seu órgão representativo – a Câmara¹²³. Explica Sanjay Subrahmanyam que possuíam um estatuto análogo ao dos fronteireros do Norte de África, e que eram juridicamente afins da categoria dos homens-bons, representando a «*faceta aceite da actividade mercantil privada*»¹²⁴. Os cristãos-novos estavam incluídos nesta categoria de casados, e como tal tinham os mesmos deveres relativos ao grupo. Por exemplo, sabemos que Jácome de Olivares participou com armas e cavalos, como outros cidadãos, na «Guerra do Rei de Pimenta»¹²⁵. Cerca de 1635, segundo António Bocarro,

¹²¹ «Concerto e contrato que El-rei de Cochim e o senhor vice-rei D. Duarte de Meneses, e os vereadores e juizes eleitos pelo povo desta cidade de Cochim fizeram sobre os direitos do porto da cidade e alfândega que ora se faz», Cochim, 12.III.1585, in BA, *cód.* 51-VII-14 – «Privilégios da Cidade de Cochim» – fols. 45-54 v.º Pub. por K. S. Mathew e Afzal Ahmad, in *Emergence of Cochin*, 1990, pp. 73-84. Vide ainda Sanjay Subrahmanyam, *art. cit.*, p. 69; e idem, *The political economy of commerce*, 1990, p. 220. Salientemos contudo que, relativamente aos direitos a pagar ao *rája* pelos «*gentios e naturais christãos que vem da costa da Pescaria e Ceilão*» estes seriam, segundo António Bocarro, de 3,5% (tal como no caso dos casados de Cochim) – vide *op. cit.*, vol. II, 1992, p. 203.

¹²² Vide *art. cit.*, p. 69; e *The political economy of commerce*, 1990, p.220.

¹²³ Vide *supra*, nota 39.

¹²⁴ Vide *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, tradução do inglês de Paulo Jorge Sousa Pinto, Lisboa, Difel, 1996, p. 102.

¹²⁵ Vide o nosso artigo «Jácome de Olivares», in *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. II, 1995, pp. 101-102. Reedição in *Simmers and Saints*, com a mesma paginação.

havia em Cochim 300 *casados* «brancos» e 200 *casados* «pretos»¹²⁶ – ou seja, os mestiços e locais convertidos ao Cristianismo que viviam em Cochim ou que, pelo facto de serem cristãos, estavam sob a jurisdição portuguesa¹²⁷. Porém, o padre espanhol Nicolau Espínola avalia, um ano mais tarde, os *casados* de Cochim em cerca de mil pessoas¹²⁸.

Além da Câmara – que tinha recursos próprios, obtidos a partir de coimas e de alguns impostos – os *casados* faziam ainda da Misericórdia uma instituição de ascensão social, sobretudo a partir de 1590, quando particularmente aquela instituição passou a prover o dinheiro das pessoas que faleciam no Canará, Malabar, Ceilão, Malaca e outros portos do Sul¹²⁹.

Os *casados* de Cochim sempre pagaram impostos alfandegários baixos, chegando a transportar até à urbe bens de outrem, para beneficiarem dessa redução. Escreve muito a propósito o anónimo da «Relação do rendimento, e despesas de todo o Estado da Índia, com outras advertências de muita consideração tocantes ao serviço de Sua Magestade», cerca de 1637:

«E os cazados despachão em seus nomes todas as fazendas alheas e por poderem adquerir de Malaca, e da China. E assy não ha oye na Índia homens ricos senão em Cochim [...]»¹³⁰

Aliás, chegaram mesmo a despachar fazenda dos *baneanes*, ou seja, dos *vanyas* do Gujarte¹³¹, de tal forma que, em 1597, o licenciado Francisco Monteiro do Canto alertava o rei de Portugal para que nenhuma «fazenda» passasse de Cambaia e do Sinde em direcção a Malaca e a Cochim, sem que previamente fossem pagos os respectivos direitos na alfândega de Goa¹³². A situação atingiu tais proporções que o vice-rei Aires de Saldanha, em 1601, obrigou os *baneanes* a pagar em Chaul ou em Goa os direitos das «fazendas» que enviassem a Cochim, proibindo-lhes a navegação directa para aquele porto¹³³.

Por outro lado, mesmo com os ataques dos Ingleses e dos Holandeses, a importante ligação de Cochim ao Bengala não foi muito afectada, o mesmo acontecendo com a navegação até ao Golfo Pérsico, Gujarte e Concão.

¹²⁶ *Op. cit.*, vol. II, 1992, p. 199.

¹²⁷ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português*, 1996, pp. 320-321.

¹²⁸ «Do padre Nicolao Espínola sobre cousas da Índia», in BNM, ms. 3015, fól. 37 v.º Pub. in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, ed. de A. da Silva Rego, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol. II, p. 45.

¹²⁹ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português*, 1996, pp. 317-318.

¹³⁰ Biblioteca Pública de Évora (doravante BPE), cód. CXVI/1-18, fols. 26v.º-27.

¹³¹ *Idem, ibidem*, fól. 45 v.º

¹³² Vide «Apontamentos de várias cousas importantes, e pertencentes todas ao Governo do Estado da Índia», s.l., 1597, in BNL, cód. 1973, fól. 73 v.º

¹³³ «Provisão do Senhor Vice-Rei em virtude da instrução de Sua Magestade sobre os baneanes pagarem os direitos a esta alfândega das fazendas que levarem a sul», Goa, 23.XI, *idem, cód. 2702*, fols. 36 v.º-37 v.º

Tal explica por que é que os *casados* de Cochim foram chamados, entre 1580 e 1590, a contribuírem financeiramente para o auxílio de Malaca¹³⁴. Aliás, o ambiente de festa em Santa Cruz, como resultado da aclamação no reino de D. João IV, em 1640, retratado pelo ouvidor Agostinho de Almeida Gato revela, mesmo neste período de «transições», a riqueza dos seus particulares. Escreve por exemplo o ouvidor:

«E no que toca ao que cada hum fez em particular, muitos gastaram de suas fazendas levados do zello Portuguez e lealdade que deuem a seu Rey e senhor natural.»¹³⁵

Mais à frente descreve-se uma fabulosa procissão:

«Esta procissão foy decorrendo por toda a Cidade aonde achou em partes compitentes fermosos e belos arcos triumphantes, por baixo dos quaes hia pasando auendo em todos muita musica e falhas que se representauão com estillo heroico por pessoas que por isso estauão deputadas, bem vestidas e arroyadas de muito ouro e pedraria.»¹³⁶

Aliás, neste extraordinário documento retrata-se igualmente o ordenamento da sociedade em Cochim. Diz o mesmo feitor que no «Auto do Juramento e aclamação, que se fez nesta Cidade de Cochim ao muy alto e poderoso Rey Dom João o quarto» estiveram presentes, além das entidades oficiais, civis e eclesiásticas, fidalgos e cavaleiros, cidadãos «e mais povo»¹³⁷.

Os «homens da terra»

Bandos e banidos

O texto do ouvidor Agostinho de Almeida Gato revela ainda um facto já sublinhado por Sanjay Subrahmanyam: longe da calma que transparece nalguma documentação oficial, noticia a existência de quezílias entre os homens de Cochim, levando à formação de bandos que tornavam o ambiente de enfrentamento ainda mais árduo. Tanto que, como em S. Tomé de Meliapor, um dos bandos teria o apoio sub-reptício do *rajá* local – neste caso, o de Cochim – que muitas vezes chegava a acolher alguns dos seus membros¹³⁸. Escreve o ouvidor:

¹³⁴ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *art. cit.*, p. 73.

¹³⁵ BPE, cód. CXVI/1-23 – «Triunfos festivaes da indigne e nobre Cidade de Santa Cruz de Cochim [...]» – cerca de 1644, fól. 15 v.º

¹³⁶ *Idem, ibidem*, fól. 17.

¹³⁷ *Idem, ibidem*, fól. 9.

¹³⁸ Vide Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português*, 1996, pp. 320-321. Sobre o caso específico de Meliapor vide, do mesmo autor, «O Proveito aos Pés do Apóstolo: A Povoação Portuguesa de Meliapor no Século XVI», cap. III, in *Comércio e Conflito*, 1994.

«Socedeo aqui mais hũa marauilha, de que todos tiuerão que dar graças a Deos; e foy que dando o Ouuidir licença a todos os omisiados e a banidos que andauão amontados pollas terras dos infieis, pera que se achassem na cidade ajudar a festejar festas tão reais como erão estas, além de aver na cidade alguns bandos de poderosos, huns contra os outros que desejauão berbesse o sangue, foy couza marauilhoza que em todo o tempo que durarão as sobreditas festas que forão (como tenho dito) quarenta dias, emcontrando-se huns com os outros de noite e de dia nunca ouve em todo o dito tempo, materia de desgosto nem quem o desse.»¹³⁹

Como podemos ver pelo próprio corpo do texto, estas disputas eram também um dos factores que levavam ao derrame de portugueses pelas sociedades vizinhas, dando origem ao fenómeno social do renegado¹⁴⁰. O quotidiano violento existente em Cochim pode ainda «sentir-se» em episódios díspares. Por exemplo, o padre Francisco de Sousa conta que, em 1584, a cidade de Cochim se dividiu em dois bandos, devido à tentativa de introdução de um novo tributo. A situação só foi sanada com a chegada do padre provincial Alexandre Valignano¹⁴¹. Outro exemplo: quando os cristãos-novos de Cochim começaram a ser aprisionados por ordem do jesuíta D. Gonçalo da Silveira, em 1557, as ameaças violentas também não deixaram de surgir¹⁴². Por outro lado, foram dois cidadãos de Cochim – Pêro Gomes e seu filho – que acabaram por assassinar o «regedor» do *rajá* Goda Varma (1635-1645), ou seja, o judeu Samuel Castiel, em 1643, com a conivência de outros cidadãos e do próprio vice-rei D. João Telo e Meneses¹⁴³.

¹³⁹ BPE, *cód. CXVII/1-23* – «Triunfos festivaes da insigne e nobre Cidade de Santa Crux de Cochim» – cerca de 1644, fól. 15 v.º

¹⁴⁰ Sobre os renegados portugueses em espaço índico *vide* os artigos de Maria Augusta Lima Cruz, «Degredados e arrenegados portugueses no espaço índico, nos primórdios do século XVI», in *Primeiro Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses. Actas*, vol. II – *Dimensões da Alteridade nas Culturas de Língua Portuguesa – O Outro* – Lisboa, Departamento de Estudos Portugueses da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1985, pp. 77-90 (versão inglesa com o título «Exiles and Renegades in Early Sixteenth Century Portuguese in India», in *The Indian Economic and Social History Review*, 23, n.º 3, 1986, pp. 249-262); *idem*, «As Andanças de um Degredado em Terras Perdidas – João Machado», in *Mare Liberum*, n.º 5, 1993, pp. 39-47; e ainda, de Dejanirah Couto, «Quelques observations sur les rénegats portugais en Asie au XVI^e siècle», in *Mare Liberum*, n.º 16, Dezembro de 1998, pp. 57-85.

¹⁴¹ Cf. *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus na Província de Goa*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1978, P. II, Conquista Primeira, Divisão Segunda, p. 987.

¹⁴² *Vide* Ana Cannas da Cunha, *op. cit.*, p. 145.

¹⁴³ Cf. José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, «Outras gentes em outras rotas», in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, 1998, pp. 334-335.

Os «homens de Deus»

O confronto das Ordens Religiosas

Outro grupo importante, em termos numéricos e de influência, era o dos eclesiásticos, pertencentes, na sua maioria, a Ordens Religiosas. Se observarmos o quadro esboçado por Sanjay Subrahmanyam relativamente à distribuição das Ordens Religiosas na Ásia, em 1635, na sua obra *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, verificamos que a ordem maioritária em Cochim, do ponto de vista quantitativo, era a dos Franciscanos, com 58 membros. Havia depois uma paridade entre Agostinhos e Dominicanos, com 20 membros, e os Capuchinhos contavam com menos cinco pessoas. No que respeita aos Jesuítas, não apresenta dados específicos relativos a Cochim, mas sim à «Província do Malabar», com cerca de 190-200 membros¹⁴⁴.

Mas sabemos que os Jesuítas tiveram uma importância fundamental na conversão dos Paravás¹⁴⁵, e a sua política «agressiva», mesmo face às outras Ordens Religiosas já instaladas, pode ser constatada em vários indícios, como o de serem os impulsionadores da Inquisição no Oriente¹⁴⁶, e o de se imiscuírem em problemas de ordem material, a par do poder civil. A este último nível, destaquemos vários exemplos. Sabemos que foram ouvidos no caso da fortificação de Cochim: numa carta dirigida ao príncipe de Cochim, o rei de Portugal dava conta de uma reunião em que aquele participara, juntamente com D. António de Noronha, capitão da cidade, e com o reitor da Companhia de Jesus, Jorge de Castro, precisamente sobre o assunto em causa¹⁴⁷. Temos conhecimento que também exerceram a sua influência junto da corte dos *rajás*: por exemplo, em 1624, foi o jesuíta Pedro de Oliveira que serviu de emissário entre o *rajá* de Cochim (Ravi Varma?) – que tinha um procedimento contrário aos interesses do Estado – e o príncipe sucessor¹⁴⁸. Sabemos também, por um documento do mesmo ano, que a essa data era no Colégio de S. Paulo que se guardavam os «caixões» do imposto do *consulado*, canalizado para os esforços de defesa da urbe¹⁴⁹.

Por outro lado, sempre que possível, os elementos das outras Ordens Religiosas não deixaram de ripostar. Já vimos acima que um eclesiástico

¹⁴⁴ *Vide* pp. 314-315.

Relativamente ao período de 1557-1559, José Manuel Correia apresenta um corpo de apenas 8 membros – cf. *op. cit.*, p. 172.

¹⁴⁵ Sobre o assunto veja-se, por exemplo, o artigo de Kenneth McPerson, «Paravas and portuguese. A study of portuguese strategy and its impacts on an indian seafaring community», in *Studia*, n.º 13, Junho de 1997, pp. 69-82.

¹⁴⁶ *Vide* em geral a obra de Ana Cannas da Cunha, já amplamente citada.

¹⁴⁷ Lisboa, 6.III.1596, in AHU, *cód. 281*, fól. 400-400 v.º

¹⁴⁸ «Carta do Conde-Almirante para El-Rei», Goa, Janeiro, in IAN/TT, *Livro das Monções*, n.º 19, fól. 9-9 v.º

¹⁴⁹ «Alvará de D. Francisco da Gama sobre a finta da gente preta da terra da cidade de Cochim», Goa, 23.II, in AHU, *Índia*, cx. 8, doc. 78, anexo.

se aproveitou do facto de um bispo agostinho ascender a vice-rei da Índia – frei Luís de Brito e Meneses – para em 1627 levantar um libelo acusatório contra as ambições materialistas dos Jesuítas em redor da urbe de Cochim¹⁵⁰. Também já constatámos que entre os apoiantes dos cristãos-novos – portanto, contra a inquirição levantada por ordem dos Jesuítas – se encontravam membros do convento franciscano de Santo António, como o guardião padre frei António Correia, e os irmãos António Padrão e Diogo do Monte Olivete¹⁵¹. Contudo, parece-nos que se trata de uma luta de influências, e não de uma política global contrária à Reforma Católica, protagonizada *in loco* essencialmente pelos Jesuítas. É que membros de outras Ordens Religiosas, em Cochim, apresentaram uma conduta «dura» face aos muçulmanos e judeus que actuavam contrariamente aos interesses portugueses, quer em termos económicos quer no âmbito sócio-político. É o caso do bispo franciscano D. André de Santa Maria, em 1615, e do bispo dominicano D. frei Miguel Rangel, em 1635¹⁵². Portanto, é necessário salientar que, ao nível da sociedade religiosa, o quotidiano parecia tão «instável» como o da sociedade civil.

Os «homens de Deus»

Uma vivência religiosa «regulada»

De qualquer forma, as instituições enquadravam uma vivência religiosa na cidade, semelhante àquela existente no reino. O mesmo ouvidor acima referido – Agostinho de Almeida Gato – não deixou de retratar, provavelmente puxando ao exagero, as grandes penitências que se fizeram em Cochim, em 1640, devido à perda de Malaca e de outras possessões. Escreve o ouvidor:

«[O Cabido da Sé] fez a primeira procissão de penitencia em que forão muitos homens penitenciados de diferentes maneiras com grande espanto de todo o pouo atraz esta se seguio a dos Padres Franciscos obseruantes, e capuchos, e logo sahio outra procissão de Misericordia, e de santo Augustinho e de São Domingos, e dos mais conuentos e Igrejas Parrochiaes da Cidade, indo em todas estas procissões grandissimo numero de penitentes tanto de homens como de molheres, e mininos, seguiram-se as noites e em todas ellas por tempo de quorenta dias, não se viam por todas as ruas da Cidade, outra cousa, que homens e molheres, penitenciado-se, huns açoutando-se, outros arrastando-se de giolhos pellas Ruas, outros vestião-se de sacco, e cubertos de cinza, outros mandando a seus escravos o fossem açoutando [...]»¹⁵³

¹⁵⁰ Vide supra, nota 66.

¹⁵¹ Cf. o nosso artigo «From Setúbal to the Sublime Porte», in *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. II, 1995, p. 99. Reedição in *Sinners and Saints*, com a mesma paginação.

¹⁵² Vide o nosso artigo «Outras gentes em outras rotas», in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, 1998, pp. 336-337.

¹⁵³ BPE, cód. CXVII/1-23 – «Triunfos festivaes da insigne e nobre Cidade de Santa Crux de Cochim» – fols. 3v.º-4.

Os processos da Inquisição revelam-nos também como o religioso pautava o quotidiano dos homens e mulheres de Cochim, como uma «armadura» para manter a «Respublica Christiana» incólume em «terras estranhas», que mais tarde seria reforçada pelo aparelho inquisitorial (1560). Em termos de defesa da sua identidade «cristã-católica», os cristãos-novos apontavam com frequência o facto de participarem activamente em todas as festividades cristãs, nomeadamente de jejuarem nos dias devidos, de frequentarem os locais de oração com assiduidade, e de só não o fazerem quando estavam doentes ou ausentes, e ainda de incitarem os escravos e escravas a participarem activamente na ambiência religiosa, ensinando-lhes inclusivamente a doutrina¹⁵⁴.

... E mais povo

Na cidade viviam ainda pessoas livres, de condição mais humilde que os *casados* – o «povo», na expressão do ouvidor Agostinho de Almeida Gato. Lembremos, como vimos acima, que as plantas portuguesas mostram a existência de uma área de caixeiros e outra de «plateros»¹⁵⁵. A par de nobres, eclesiásticos e cidadãos, surgem como testemunhas nos processos inquisitoriais. Entre os denunciadores apuram-se um ourives, um mestre de navio e um alfaiate. Entre as testemunhas de defesa aparecem alguns artífices: 1 tanoeiro, 2 sapateiros, 4 alfaiates, 1 sirgueiro, 3 carpinteiros, e também 1 enfermeiro do Hospital de Cochim e o barbeiro Diogo Fernandes¹⁵⁶. Um alvará emitido por ordem de D. Francisco da Gama, em 1624, dá ainda conta de «muitos mercadores gente preta da terra que não tem tractos, nem págão direitos na Alfandega» mas que, mesmo assim, devia ser fintada¹⁵⁷. Tratava-se certamente de locais convertidos, que também se dedicavam a tarefas humildes e que, segundo o padre Georg Schurhammer, atingiam um número entre 10 000 e 12 000, já em 1518¹⁵⁸.

Escravos variados

Outro elemento populacional importante da cidade eram os escravos: uma «mercadoria-pessoa» que, vivendo na casa do amo, era pressionada (se não obrigada) a despojar-se de uma parte da sua identidade original – a mais importante para a época – ou seja, da sua idiosincrasia religiosa. Na realidade, nota-se pelos processos inquisitoriais – como acima foi dito –

¹⁵⁴ Cf. Ana Cannas da Cunha, *op. cit.*, P. II, cap. 3.

¹⁵⁵ Vide infra, Apêndice Iconográfico, n.ºs 1 e 2.

¹⁵⁶ *Idem*, pp. 174 e 203.

¹⁵⁷ Vide supra, nota 149.

¹⁵⁸ *Op. cit.*, vol. II, p. 289, nota 48.

que o bom amo português era aquele que integrava os seus escravos na ambiência cristã e os incentivava ao conhecimento da «verdade». Outra forma de desintegração do «Outro» próximo era a concessão de um nome cristão, acrescentando-se um epíteto que revelava o local de origem. Indiquemos, a título de exemplo, uma Ana de Góis «pegua», um António «china», um António «guzarate», um António «peyguu», uma Isabel «bemgala»¹⁵⁹.

Sabe-se que os escravos eram bens essenciais para os *casados* afortunados. Os de Goa possuíam, cada um, cerca de 10 escravos adjuntos, o que perfazia uma população de 8000 escravos na primeira metade do século XVII. O próprio Estado possuía escravos que eram utilizados como membros das galés e para o trabalho braçal¹⁶⁰. Teotónio de Sousa denotou que os escravos da capital do Império Português do Oriente tinham algumas origens comuns aos de Cochim: provinham do Extremo Oriente, do Bengala e da África Oriental¹⁶¹. A afluência de escravos guzarates a Cochim deve-se certamente aos estreitos laços que continuavam a ligar este porto malabar àquela região.

Sabemos que, tal como em outras paragens, desempenhavam serviço militar: António Bocarro informa que os *casados* de Cochim «*huns por outros tem cada hum dous escravos que possam tomar armas*»¹⁶². Mas a documentação inquisitorial relativa a Cochim permite-nos vislumbrar outras tarefas. As «raparigas» faziam o trabalho doméstico, cosiam, lavavam, cozinhavam, faziam as compras, matavam a criação e preparavam alguma comida que o seu senhor devia transportar na embarcação. Presume-se que os escravos estavam mais ligados a um serviço externo. Por exemplo, sabemos que o cristão-novo Jácome de Olivares recebeu alguns rendimentos do trabalho de um seu escravo negro, que era ferreiro e que trabalhava inclusivamente aos sábados¹⁶³. Por sua vez, António «china», António «guzarate», assim como Simão e o calafate Pedro, acompanharam António Dias, senhor dos dois primeiros, e Luís Rodrigues, dono do terceiro e do quarto, numa pequena embarcação, a Cochim de Cima, a casa de um judeu, para vender artilharia. Como acontecia com o Estado, também os escravos eram utili-

¹⁵⁹ Vide «Depoimento de António Fernandes na devassa contra o cristão-novo Luís Rodrigues, estando presentes (na ratificação?) António Rangel de Castelo Branco, deão, provisor e vigário-geral, e o jesuíta Gil Barreto, notário», Cochim ou Goa, 31.I.1558; ratificação em Cochim, em 3.X.1559, ou em Goa, até Janeiro de 1560, in IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 12292, fols. 80 v.º-81, pub. por José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, in «Os judeus e a Expansão Portuguesa na Índia durante o século XVI. O exemplo de Isaac do Cairo, espião, "língua" e "judeu de Cochim de Cima"», in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIII, 1994, pp. 241-242.

¹⁶⁰ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português*, 1996, p. 322.

¹⁶¹ In *Goa Medieval. A Cidade e o Interior no Século XVII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 118-119.

¹⁶² *Op. cit.*, vol. II, p. 199.

¹⁶³ Vide o nosso artigo «From Setúbal to the Sublime Porte», in *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. II, 1995, p. 111. Reprodução com a mesma paginação in *Sinners and Saints*, 1998.

zados como tripulação dos particulares. Por exemplo, o António «china» não se escusou de informar o piloto António Fernandes como viera do Bengala com o seu senhor, Luís Rodrigues¹⁶⁴. Mas não podemos esquecer que eles eram sobretudo uma mercadoria, prestes a encher os palácios dos nobres e burgueses do reino¹⁶⁵. Por exemplo, Jácome de Olivares, aquando de uma das suas frequentes deslocações a Malaca, não se escusou a tentar vender a sua jovem escrava Constança¹⁶⁶.

Interessante é ainda o facto de cada *casado* possuir em sua casa elementos de etnia diferente. Com que o objectivo? Devido ao facto de tentarem aproveitar uma especialização de cada um destes elementos, em tarefas diferentes? Ou, na realidade, para evitar uma coordenação de esforços que permitiria mais facilmente a planificação de uma fuga, se na casa existissem vários elementos que falassem a mesma língua? É que o desejo de fuga e de liberdade, por mais benévolos que fossem os amos, estava sempre presente. Não será por acaso que os inquiridores jogaram com o rancor, desejo de liberdade e possibilidade de casamento dos escravos dos cristãos-novos, para os levarem a acusar, de forma decisiva, os seus amos¹⁶⁷.

Os visitantes

Mas o que marca a particularidade do local é a permanência – precária – de elementos específicos do espaço asiático.

Narrando as festividades que se realizaram em Cochim aquando da aclamação de D. João IV, o ouvidor Agostinho de Almeida Gato especifica que desfilou uma «*emcamisada dos mouros vassalos*»¹⁶⁸. Depois o contágio passou para o lado de Cochim de Cima – certamente uma atitude hábil do *rajá*:

«E que muito he que os Christãos e Portugueses andassem como doudos festejando tão milagrosas nouas; se os gentios e mouros, vassalos del-Rey de Cochym fazia [sic] o mesmo em Cochym de Cima pondo muitas

¹⁶⁴ «Depoimento de António Fernandes na devassa contra o cristão-novo Luís Rodrigues, estando presentes (na ratificação?) António Rangel de Castelo Branco, deão, provisor e vigário-geral, e o jesuíta Gil Barreto, notário», Cochim ou Goa, 31.I.1558; ratificação em Cochim, em 3.X.1559, ou em Goa, até Janeiro de 1560, in IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 12292, fól. 81-81v.º Pub. por José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, in «Os judeus e a Expansão Portuguesa na Índia durante o século XVI», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIII, 1994, p. 242.

¹⁶⁵ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português*, 1996, p. 322.

¹⁶⁶ Vide o nosso artigo «From Setúbal to the Sublime Porte», in *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. II, 1995, p. 111. Reprodução com a mesma paginação in *Sinners and Saints*, 1998.

¹⁶⁷ Vide Ana Cannas da Cunha, *op. cit.*, pp. 171-172.

¹⁶⁸ BPE, *cód. CXVII/1-23* – «Triunfos festivaes da insigne e nobre Cidade de Santa Cruz de Cochim» – circa 1644, fól. 27 v.º

Luminarias, e fazendo outras demonstrações de alegria; e os christãos de sam Thome em suas terras festejarão com grande gosto, e muitos na Cidade em companhia dos moradores desta.»¹⁶⁹

Temos informação que alguns muçulmanos locais – sobretudo Marakkar – viveram em Cochim durante o século XVI, mantendo uma rede negocial que se estendia ao Coromandel, a Ceilão e a Malaca, importando o arroz e os têxteis do Coromandel, a canela daquela ilha e o cravo do porto malaio, e exportando a pimenta malabar¹⁷⁰. Como escreve Sanjay Subrahmanyam, as primeiras cargas de especiarias da Ásia do Sueste foram obtidas por intermédio dos grandes mercadores *mappila* de Cochim¹⁷¹. De onde actuavam estes indivíduos? Viviam de facto na Cochim portuguesa? O mais lógico é que aí afluíssem apenas como mercadores, visto que os seus centros de culto se encontravam na zona controlada pelo *rajá*. Não esqueçamos que é em Cochangadi – em Mattancherry – que se encontra o túmulo ou *dargah* do *shaikh* Zain al-Din Makdum Al-Ma'bari, da família *paradesi* de origem iemenita que liderou mais tarde uma oposição bélico-espiritual à presença portuguesa, a partir da cidade de Ponnani¹⁷². E era à Cochim hindu que se deslocavam os cristãos-novos para venderem as suas «fazendas», porque aí se encontravam os «mais grossos» mercadores da terra¹⁷³. Mas tomemos o exemplo do processo de Leonor Caldeira. Quando os inquisidores a interrogaram se conversava com os judeus, esta respondeu «que tinha hũa logea na Rua Direita de Cochim omde vemdia e comprava com os judeus e com mouros e cristãos»¹⁷⁴. O processo de Luís Rodrigues permite-nos saber que muçulmanos e outras gentes de confissão diversa participavam no comércio de cabotagem deste cristão-novo. Disse o referido cristão-novo «que he verdade que per muitas vezes embarcara nos seus navios mouros e judeus e gentios per seus fretes»¹⁷⁵.

Estas informações permitem-nos deduzir que alguns muçulmanos – assim como hindus – tinham uma forma de vivência em Cochim semelhante à dos judeus, ou seja, uma autorização precária para ali residirem, motivada por interesses comerciais, que ia desde a deslocação nos barcos dos particulares até, no caso comprovado daqueles últimos, a poderem usufruir de tendas alugadas na rua do comércio, para vender e comprar os seus artigos.

¹⁶⁹ *Idem*, fól. 38.

¹⁷⁰ *Vide supra*, nota n.º 6.

¹⁷¹ *Vide O Império Asiático Português*, 1996, p. 128.

¹⁷² Cf. Mehrdad Shokoohy, «The town of Cochin and its Muslim heritage on the Malabar coast, South India», in *The Journal of the Royal Asiatic Society*, vol. 8, P. 3, Novembro de 1998, pp. 156-157.

¹⁷³ *Vide* José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, «Outras gentes em outras rotas», in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, 1998, p. 323.

¹⁷⁴ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 7296, fól. 4 v.º

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, proc. 12292, fól. 6.

Assim era o caso de Moisés Real, «mercador muito conhecido em toda a Índia» – segundo o cristão-novo Jácome de Olivares – que tinha duas lojas alugadas em Santa Cruz de Cochim: uma na rua principal e outra na casa do próprio vigário¹⁷⁶. Sabemos, por exemplo, que o «Ruivo» e outros judeus negociavam em fazendas com o cristão-novo Jácome de Olivares, deslocando-se à sua casa, sita na Rua Direita. Aliás, este tinha mesmo como parceiro privilegiado em Malaca um judeu de Cochim de Cima, chamado Abraão¹⁷⁷. É um fenómeno quase constante, desde a segunda década do século XVI, com os judeus oriundos de Cochim, Cranganor e provavelmente Changanagere, a virem até à urbe portuguesa, para venderem cereais, azeite e sobretudo materiais necessários ao funcionamento da feitoria e das embarcações portuguesas¹⁷⁸.

Os «gentios», na expressão portuguesa da época, ou seja, as pessoas das várias profissões hindus, também vinham mercadejar a Cochim, tal como os muçulmanos e judeus. A testemunha Ana Fernandes não deixou de asseverar, no processo de Jácome de Olivares, que este era um mercador que negociava em todas as espécies de bens com mouros, «gentios» e judeus¹⁷⁹. O cristão-novo Luís Rodrigues disse de uma forma mais precisa que na tenda da sua mãe, situada em Santa Cruz de Cochim, na Rua Direita, «entrauão os judeus como todos outros omens entrauão asi mouros como jentios»¹⁸⁰. Aliás, foi o mesmo Luís Rodrigues que, como vimos acima, asseverou que embarcara «gentios» em seus «fretes»¹⁸¹. Na realidade, a intensidade das relações entre os habitantes de Santa Cruz e a população local, ao nível do comércio, era de tal forma importante que, em 1595, foi decretada uma excomunhão para aqueles que transportassem mercadorias de «infiéis» para fora de Santa Cruz, não contando os «vassalos» do rei de Cochim – excepção pretendida pelo rei de Portugal, sob pressão do *rajá*¹⁸².

Quem eram na realidade estes «gentios»? Segundo K. S. Mathew tratava-se de *Chettys* do Coromandel¹⁸³. K. J. John especifica que no reino

¹⁷⁶ Cf. José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, «Os judeus e a Expansão Portuguesa na Índia durante o século XVI», in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIII, 1994, p. 206.

¹⁷⁷ *Vide* o nosso artigo «From Setúbal to the Sublime Porte», in *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. II, 1995, pp. 109-110; reedição in *Sinners and Saints*, com a mesma paginação.

¹⁷⁸ *Vide* o nosso artigo «Judeus de Cochim: os primeiros contactos», in *Vasco da Gama e a Índia. Conferência Internacional. Actas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II, 1999, pp. 156-157.

¹⁷⁹ *Vide* o nosso artigo «From Setúbal to the Sublime Porte», in *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. II, 1995, p. 110; reedição in *Sinners and Saints*, com a mesma paginação.

¹⁸⁰ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 12292, fól. 72 v.º

¹⁸¹ *Vide supra*, nota 175.

¹⁸² «Carta do rei de Portugal para o rei de Cochim», Lisboa, 28.III.1595, in AHU, *cód.* 281, fól. 324.

¹⁸³ *Vide* «Cochin and the Portuguese Trade with India during the Sixteenth Century», in *Indica*, vol. 26, n.ºs 1 e 2, Março-Setembro de 1989, p. 80.

hindu de Cochim se podiam observar vários grupos de mercadores hindus oriundos do Coromandel e do Gujarate, e habitantes do Concão¹⁸⁴. Mas sem dúvida que uma das fontes mais elucidativas sobre o assunto é a obra de François Pyrard de Laval, que viajou pelo Oriente entre 1601 e 1611. Escreve o autor:

«A cidade é mui povoada, assim de portugueses como de naturais, ou sejam cristãos, de que há grande número, ou sejam infiéis, os quais não logram ali o livre exercício de seu paganismo na cidade, e têm de ir à terras que dependem do rei de Cochim.»¹⁸⁵

Um documento de 1594, e outro de 1595 – ambos do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) – permitem também desvendar uma ponta do véu. Em ambos se denota que o *rajá* de Cochim – Rama Varma (1553-1600?) – se queixou a D. Filipe I de Portugal pelo facto de os oficiais da Câmara de Santa Cruz impedirem os seus vassallos de irem buscar mantimentos para os seus reinos, em embarcações próprias. Mas no segundo documento referido revela-se que os ditos vassallos vinham com mantimentos até à cidade portuguesa, e no primeiro que, entre os vendedores, se encontravam brâmanes¹⁸⁶. Em 1596 o rei acabou por anuir que brâmanes e mercadores em geral pudessem ser «recolhidos» em Cochim, com suas «fazendas»¹⁸⁷.

Mais difícil é saber quem eram as pessoas que se dedicavam a outras práticas além do comércio. No início do século XVII, François Pyrard de Laval dá testemunho da existência de *naires* em Santa Cruz:

«Na cidade dos portugueses os naires se arredam e os deixam passar quando os encontram. E na cidade velha os portugueses fazem outro tanto aos naires. Assim o dispôs el-rei para atalhar a todas as disputas; e é coisa que só ali se faz.»¹⁸⁸

O «Regimento para a Cidade de Cochim, das fortalezas de Cranganor, e de Coulão», de 1564, permite-nos perscrutar a existência, em território português, de dois *escrivães naires* que andavam no negócio da pimenta por parte do rei de Portugal; de um *panicar* e quatro *naires* que serviam na feitoria, no

¹⁸⁴ Cf «International Trade in Cochin in the 16 th Century», in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, ed. dir. por Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, Angra do Heroísmo, 1998, p. 298.

¹⁸⁵ *Op. cit.*, vol. I, 1944, p. 324.

¹⁸⁶ Vide «Carta de D. Filipe I de Portugal para o Vice-Rei», Lisboa, 28.III.1594, in AHU, *cód.* 281, fols. 274-275 v.º; e «Carta de D. Filipe I de Portugal para o Vice-rei da Índia», Lisboa, 28.II.1595, *idem, ibidem*, fól. 308-308 v.º

¹⁸⁷ Vide «Carta do rei de Portugal para o de Cochim», 22.II.1596, in AHU, *cód.* 281, fól. 390.

¹⁸⁸ *Op. cit.*, vol. I, 1944, p. 325.

mesmo negócio; de um pesador da pimenta *naire*; e de um língua ou intérprete do *rajá*, que também negociava aquela especiaria¹⁸⁹.

Foi uma situação que se manteve, em geral. Por exemplo, ainda em 1635 António Bocarro dava igualmente conta da existência dos seguintes «elementos locais» em Santa Cruz, necessários para a manutenção dos negócios: dois *escrivães naires* «que servem na feitoria de jangadas no negocio da pimenta»; de mais um *panical* e quatro *naires* que também serviam na feitoria, no comércio da mesma mercadoria; um pesador *naire*, «que tem a mão na balança do peso da pimenta»; um língua ou intérprete do *rajá*; e vinte «homens da terra, da guarda do capitão» – certamente *naires*¹⁹⁰.

Além destes homens ligados ao serviço da feitoria e dos *naires* que serviam os Portugueses como mestres de combate¹⁹¹, aparecem os aprestados homens do mar. Escreve Pyrard de Laval:

«Os portugueses tiram um espantoso lucro em tôda a parte da Índia, onde têm entrada. Associam-se com os naturais, que os acompanham em suas navegações e até todos os seus marinheiros e pilotos são índios, ou gentios ou mouros.»¹⁹²

Os próprios homónimos dos «homens de Cochim» que se opuseram violentamente à política de Afonso de Albuquerque¹⁹³ são representativos

¹⁸⁹ Pub. por Panduronga Pissurlençar, in *Regimento das Fortalezas da Índia*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1951, p. 216

Vide ainda K. S. Mathew e Afzal Ahmad, *Emergence of Cochin in the Pre-Industrial Era (A study of Portuguese Cochin)*, Pondicherry, Pondicherry University, 1990, p. XII.

¹⁹⁰ *Op. cit.*, vol. II, 1992, p. 200.

Sob a manutenção dos mesmos cargos ao longo dos tempos *vide*, por exemplo, o «Orçamento do que rende o Estado da Índia, e o que despense ordinariamente e asi o extraordinario que se pode alcansar por contas orçado huns annos por outros, o qual se fez por mandado do Senhor Vice Rey Dom Antonio de Noronha, aonde se declara miudamente o em que se faz a tal despeza», pub. por Artur Teodoro de Matos in *O Orçamento do Estado da Índia – 1571*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 103; o «Orçamento do Estado da Índia», de 1574, pub. por Vitorino Magalhães Godinho, in *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635) (Matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1982, p. 305; e o «Livro do orçamento do rendimento de todas as fortalezas do Estado da Índia e das despesas ordinárias que fazem em cada hum anno, lançadas em seus titolos, cada hum per sy», de 1581, pub. por Artur Teodoro de Matos, in *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588. Estrutura Administrativa e Económica. Alguns elementos para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 69.

¹⁹¹ Cf. A. da Silva Rego, *op. cit.*, p. 115.

Eram provavelmente estes os 800 malabares que, segundo Gaspar Correia, se recrutaram em Cochim no ano de 1515: *vide Lendas da Índia*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, vol. II, 1975, cap. xlvii – «Armada de Christóvão de Brito. Anno de 1514» – p. 401.

¹⁹² *Op. cit.*, pp. 326-327.

¹⁹³ Mais detalhadamente sobre este assunto leia-se, de Inácio Guerreiro e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, «O “grupo de Cochim” e a oposição a Afonso de Albuquerque», in *Studia*, n.º 51, 1992, pp. 119-144.

das gentes malabares que actuavam em Cochim: Diogo Pereira e Gaspar Pereira eram *panicais* – mestres de esgrima *naires* – e António Real era *arel*, ou seja, chefe dos pilotos da barra de Cochim ¹⁹⁴.

Quanto aos cristãos de S. Tomé mencionados pelo ouvidor Agostinho de Almeida Gato ¹⁹⁵, a maioria vivia na «área da Serra» (no sopé dos Gates), nos territórios de Cranganor, Coulão e Diamper. Aliás, ao soberano da última localidade era mesmo atribuído o epíteto de «rei dos cristãos». Também havia um grupo razoável na cidade de Cranganor ¹⁹⁶ e na próprio reino de Cochim, nomeadamente em Edappally ¹⁹⁷. Embora fosse em Cochim que embarcaram José de Cranganor e seu irmão Matias, e fosse aí que representantes das comunidades siro-malabares se encontraram com Vasco da Gama, em 1503 ¹⁹⁸, não há notícias da permanência de uma comunidade na cidade portuguesa, muito provavelmente porque desde cedo reconheceram diferenças ao nível teológico e de culto, e porque preferiam manter ou recobrar uma situação social anterior de comunidade privilegiada, protegida por alguns senhores locais ¹⁹⁹. O Matias e o Bragarde Taquatome que abasteciam os Portugueses de virtualhas viviam, de facto, em Kayamkulam; e o Mataimapa, que escoou grandes quantidades de pimenta para a feitoria portuguesa, residia precisamente em Edappally ²⁰⁰.

Cochim era ainda visitada por outros europeus, sobretudo por comerciantes ou agentes de grandes casas bancárias. É o caso dos «italianos» Leonardo Nardi, que era o feitor de Bartolomeu Marchioni (1501-1502); de Giovanni Buonagrazia (1502); de Francesco Corbinelli (1510-1515 e 1518-1521); de Giovanni da Empoli (1503-1517); de Andrea Corsali (até

¹⁹⁴ Vide Luís Filipe F. Reis Thomaz, «Diogo Pereira, o Malabar», in *Mare Liberum*, n.º 5, Julho de 1993, p. 53.

¹⁹⁵ Vide *supra*, nota 169.

¹⁹⁶ Sobre este assunto leia-se A. da Silva Rego, *op. cit.*, cap. X. E ainda, A. Mathias Mundadan, com um prefácio de Georg Shurhammer, *The Arrival of the Portuguese in India and the Thomas Christians under Mar Jacob, 1498-1552*, Bangalore, Dharmar College, 1967; idem, *History of Christianity in India*, vol. I – *From the Beginning up to the Middle of the Sixteenth Century* – Bangalore, Theological Publications in India, 1984, cap. 6; Joseph Tekkedath, *History of Christianity in India*, vol. II – *From the Middle of the Sixteenth to the End of the Seventeenth Century (1542-1700)* – Bangalore, Theological Publications in India, cap. 2; e João Paulo Oliveira e Costa, «Os Portugueses e a cristandade siro-malabar (1498-1530)», in *Studia*, n.º 52, 1994, pp. 121-178.

¹⁹⁷ Cf. Joseph Tekkedath, *op. cit.*, pp. 25-27.

¹⁹⁸ Vide João Paulo Oliveira e Costa, *art. cit.*, pp. 127-129.

¹⁹⁹ Vide os artigos de Luís Filipe F. Reis Thomaz, com vasta bibliografia de suporte: «A Carta que mandaram os padres da Índia, da China e da Magna China – um relato sírfaco da chegada dos portugueses ao Malabar e seu primeiro encontro com a hierarquia cristã local», in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI, 2.ª Parte, 1992, pp. 119-181; e idem, *A Lenda de S. Tomé Apóstolo e a Expansão Portuguesa*, separata 233 do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, 1922.

²⁰⁰ Vide o artigo de K. S. Mathew, «Cochin and the Portuguese Trade with India during the Sixteenth Century», in *Indica*, vol. 26, n.ºs 1 e 2, Março-Setembro de 1989, pp. 84-95.

1519); de Pietro Strozzi (1510-1523?); de Piero di Giovanni di Dino (1519), de Filippo Sasseti, feitor de João Battista Rovellasca, em 1583; e de outros, como Ferdinand Cron, de Augsburg, que foi agente dos Fugger e dos Welser, em 1587 ²⁰¹.

Senhores de grandes casas bancárias ou de comércio também mantiveram em Cochim os seus familiares, ou feitores, a título precário. James C. Boyajian dá-nos os exemplos de vários desses homens que residiram em Cochim durante algum tempo: é o caso de Damião de Solis, para os anos 1570, dos irmãos Francisco Lopes d'Elvas e Diogo Duarte d'Elvas no decénio seguinte, e ainda dos irmãos Rui Soares Vila Boa e Vilhegas, António de Vila Boa e Jerónimo Soares Vila Boa e Vilhegas, na década de 90 do mesmo século ²⁰². Eram homens ligados a um comércio à «escala-mundial», e embora se comprovasse a sua origem cristã-nova, não há provas de contactos com o grupo de cristãos-novos locais, aprisionados pela Inquisição, que de facto, como outros *casados* de Santa Cruz, se interessavam mais pelo comércio inter-asiático de cabotagem.

Todos estes estrangeiros ou «feitores cristãos-novos» das grandes casas bancárias e de comércio, tiveram um papel crucial na dinamização dos negócios em Cochim, sobretudo em direcção à Europa ²⁰³.

A outra face do rei amigo

De qualquer forma, a áurea de Cochim vai fenecendo com a entrada em força dos Holandeses na costa do Malabar (1662-1663) e com o apoio decisivo de alguns membros da família real Perumpadappu e de grupos sociais (sobretudo dos Judeus), cujos interesses eram contrários aos dos Portugueses.

Aliás, não devemos pensar na cidade de Cochim como uma urbe hermética, em eternas boas relações com o rei «irmão em armas». Há notícias de dissensões entre «oficiais» da Câmara de Santa Cruz e o *rajá*, motivadas fundamentalmente por razões de índole económica. De tal maneira que, como vimos, em 1595 foi o próprio *rajá* Rama Varma que se queixou ao rei

²⁰¹ Cf. K. S. Mathew e Afzal Ahmad, *Emergence of Cochin in the Pre-Industrial Era*, 1990, pp. ix-x.

Sobre os «italianos» em Cochim vide também os artigos de Jean Aubin, *art. cit.*, in *Moyen Orient & Océan Indien*, vol. 4, 1987, pp. 7-9, e in *Le Latin et L'Astrolabe*, 1996, pp. 53-55; e de Carmen Radulet, designado «Os Italianos nas rotas do comércio oriental (1500-1580)», in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. dir. por Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, 1998, pp. 257-267.

Particularmente acerca de Pietro Strozzi vide Sanjay Subrahmanyam, *Comércio e Conflito. a Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*, Lisboa, Edições 70, 1994, capítulo I.

²⁰² Cf. *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1993, pp. 34-35 e 117-120.

²⁰³ *Idem*, p. 138.

de Portugal pelo facto dos ditos oficiais «tolherem» os seus vassallos de irem buscar, em embarcações próprias, mantimentos para Santa Cruz e para o reino hindu, de actuarem contra os brâmanes que viviam nos seus reinos – e também porque havia moradores na cidade portuguesa que «soltavam» palavras contra ele ²⁰⁴.

Mas também surgem informações – escassas – quer do acolhimento dado pelo *rajá* a portugueses em desavenças com o Estado Português, quer da intrusão do «Outro» no território português de Cochim.

Vejam os primeiros casos. Por exemplo, um conjunto de resumos de informações, datável de cerca de 1638, especifica que soldados e marinheiros portugueses, fugitivos das armadas, se acoitavam nas terras do *rajá*, e que este protegia todos os homiziados que permaneciam no Campo de S. João e na ilha de Vaipim ²⁰⁵. O interesse do *rajá* por estes homens – que certamente lhe disponibilizariam mais informações em termos de política interna portuguesa e ao nível do armamento – era de tal forma elevado, que este chegou a entrar na cidade para os libertar.

Escreve Luís Filipe Thomaz, referindo-se, entre outros casos, ao de Cochim:

«Uma segunda categoria de estabelecimentos era constituída pelas fortalezas, por concessão dos reis locais detidas pelos Portugueses em territórios em que não exerciam soberania.» ²⁰⁶

Ora, foi este tipo de alienação que, em períodos de «enfraquecimento» do poder português e de quezílias com a autoridade local, permitiu o tipo de procedimento descrito mais uma vez pelo ouvidor Agostinho de Almeida Gato, relativo aos anos 40 do século XVII, e que a seguir relatamos.

Cerca de 1641, a tensão entre o Estado Português da Índia e o *rajá* Goda Varma (1635-1645) chegava ao rubro, pois este sabia que uma possível aliança com os Holandeses faria temer os senhores de Portugal. A notícia dada pelo ouvidor de Cochim acerca do comportamento do *rajá*, aquando de uma visita a Santa Cruz de Cochim, revela uma verdadeira imposição do seu poder quando, no contexto da Restauração, se verificou um «vazio» ao nível das cúpulas do Estado Português. Poderoso, aproveitando-se da ameaça que era a possível aceitação da cooperação com os Holandeses, o *rajá* criou a «desordem» na cidade portuguesa, desprezando completamente os representantes do Estado Português enfraquecido:

²⁰⁴ Vide *supra*, nota 186.

Vide ainda *supra*, nota 187.

²⁰⁵ In IAN/TT, *Livro das Monções*, n.º 44, fól. 34.

²⁰⁶ Cf. «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI», in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*, ed. org. por Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, p. 530, reeditado com o n.º VI, in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, p. 228

«[...] pois que por duas vezes que o rey de Cochim veo à Cidade, sendo o mesmo ouvidor da primeira vez, a seu petitório soltou doze presos (posto que o Rey queria fossem todos) e da segunda vez, por não aver quem lhe fosse à mão e acudisse pello que conuinha ao crédito e reputação portugueza, mandou pellos seus Naires quebrar os troncos, aljubes, e cadea da cidade, e de todos tirou os prezos que erão muitos, e de grandes culpas, e alguns condenados a morte: o que fez por grandes peitas que lhe derão por isso, e pera os por em saluo como de feito fez.» ²⁰⁷

O fenecer da Cochim portuguesa

Degradações

Um conjunto de informações, algumas das quais já aqui descortinadas, permitiram a Sanjay Subrahmanyam elaborar um quadro elucidativo sobre a degradação das relações entre o Estado Português e os *rajás* de Cochim. Salientemos os factores que a seguir enunciaremos. O facto de os Portugueses apostarem numa aliança com o *samorim*, quando este continuava em guerra com o *rajá*. Os diferendos em relação à alfândega, já acima mencionados, que fizeram com que os *rajás* aliciassem os mercadores a trazerem os seus bens até Cochim, sob o pretexto falso de serem ali residentes, pagando assim impostos mais baixos do que em Goa. Aponta-se ainda a imposição do pagamento de uma nova taxa – o *consulado* (3%), com base na actividade comercial – para permitir o reforço da fortificação e da artilharia, como resposta à presença holandesa no Malabar – e que, quer os *rajás* quer os *casados*, pretendiam repelir. Por exemplo, através de uma missiva de D. Filipe III de Portugal, enviada em 1629 ao governador da Índia – D. frei Luís de Brito e Meneses – sabemos que um dos motivos das vexações exercidas sobre os convertidos cristãos, executadas por ordem do *rajá*, era o facto de os «mouros e gentios serem obrigados a pagar o *consulado* na alfândega de Cochim» ²⁰⁸. Por outro lado, passou a entrar na lógica do Estado não pagar a *copa* devida aos *rajás*, excepto em situações pontuais, em que era necessário aliciá-lo. Por exemplo, em 1633, o rei de Cochim lamentou-se ao de Portugal pelo facto de já há treze anos não lhe serem pagas as *copas* devidas ²⁰⁹. Saliente-se também a questão da ilha Venduritti, e a do empenho religioso, no contexto da Reforma Católica, já acima referidas ²¹⁰.

²⁰⁷ BPE, *cód. CXVI/1-23* – «Triunfos festivaes da ensigne e nobre Cidade Santa Cruz de Cochim» – cerca 1644, fól. 16.

²⁰⁸ Lisboa, 8.III, in IAN/TT, *Livro das Monções*, n.º 26, fól. 127.

²⁰⁹ «Carta de El-Rei de Cochim ao rei de Portugal», Cochim de Cima, 6.XII, in BNP, *Fonds Portugais*, ms. 35, fols. 38-39.

²¹⁰ Em geral, vide Sanjay Subrahmanyam, *art. cit.*, pp. 68-69 e 82-83, e *idem*, *The political economy of commerce: southern India*, 1990, pp. 218-220.

Além destes, Maria Manuela Sobral Blanco aponta mais quatro factores importantes: o aspecto das entidades de Goa se eximirem do auxílio militar aos *rajás* de Cochim, nas suas guerras contra Calecute; o facto de as naus do reino terem deixado de tomar a carga da pimenta no seu porto; a ascensão dos portos do Canará, de onde se escoava pimenta de melhor qualidade; e ainda a realidade das embarcações vindas do sul passarem em direitura a Goa, devido ao receio da proximidade dos Holandeses estabelecidos em Paliacate, à parca segurança do porto – explica a autora ²¹¹ – mas também – acrescentamos – porque as entidades dirigentes portuguesas sabiam do contrabando incentivado pelos *rajás*, que aliciavam os mercadores a despacharem em Cochim os seus artigos, sob o pretexto de pagarem menos impostos ²¹². Aliás, um documento da Biblioteca da Ajuda, de 1627, faz eco de um dos factores enunciados por Maria Manuela Sobral Blanco:

«Es Cochim la primera Ciudad, que los Reyes de Portugal tuvieron en la India y fue muy grande, opulenta, y rica por las naves de Portugal cargaren en ella, y por aora cargaren en Goa quedo la Ciudad sin comercio [...]» ²¹³

Rupturas

Embora se notassem sinais evidentes de oposição ao Estado Português nas atitudes dos *rajás* do «ramo» familiar colocado no trono, a título hereditário, pelos Portugueses – os Elaya –, foi só após a morte do último senhor desse «grupo» – Goda Varma (1635-1645) – que se verificou uma instabilidade agravante para os interesses daqueles. Os Portugueses intervieram para que o candidato do «ramo» Mutha – afastado por eles da tradicional regra de «compartilhar» o poder, pelo facto de se mostrar favorável ao *samorim* – não ascendesse ao trono, instalando em seu lugar Vira Rayira Varma (1646-1650), um adoptado de outro «ramo» – o Palluruthi. Após o reinado de Rama Varma (1651-1656), do «ramo» Chazhur, o poder foi assumido por Rani Gangadhara Maha Lakshmi (1656-1658), a única sobrevivente do «ramo» Elaya, e que adoptou quatro príncipes da família Vettat de Tanur, sob pressão dos Portugueses, que eram também aliados daqueles. Esta adopção de elementos não pertencentes à família real de Cochim – os Perumpadappu – quando havia ramos colaterais susceptíveis de herdarem o trono, levou o príncipe Chazhur a aliar-se ao «ramo» Mutha. Na verdade, foi o mais velho

²¹¹ Vide *O Estado Português da Índia: da rendição de Ormuz à perda de Cochim (1622-1663)*, tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, polícopiada, vol. I, 1992, pp. 532-533.

²¹² Sobre este assunto vide o nosso estudo *O Rei que foi em peregrinação a Varanasi*, 1997, p. 29.

²¹³ «Papel sobre o poder que esta Coroa tinha na Índia», Madrid, 28.VI.1627, in BA, cód. 51-VII-30, fól. 122 v.º

dos príncipes Vettat que ascendeu ao trono – Rama Varma (1658-1662). Mas a chegada dos Holandeses permitiu a vitória daqueles que hostilizavam frontalmente a presença dos Portugueses. Em 22 de Fevereiro de 1662, os Holandeses capturaram Rani Gangadhara Maha Lakshmi no palácio de Mattancherry, e em 7 de Janeiro do ano seguinte derrotaram o último dos príncipes de Tanur – Goda Varma (1662-1663) – instalando no trono, enfim, o primeiro senhor do «ramo» rival por excelência – Vira Kerala Varma (1663-1687) –, príncipe Chazhur, adoptado pelos Mutha ²¹⁴. Sabemos que foi o príncipe Vira Kerala Varma, do «ramo» Mutha, afastado da linha sucessória após a morte de Goda Varma, que se juntou aos Holandeses vitoriosos em Ceilão, e os incentivou à conquista de Cochim. Contudo, a primeira investida holandesa contra Cochim, em 1662, não teve sucesso. Perante a notícia de que o *rajá* de Purakkad, aliado do «Estado», chegara a Ernakulam, e que uma força de portugueses, oriunda de Goa, se prestava a auxiliar os sitiados, os Holandeses levantaram cerco e fugiram sem perder qualquer homem ou arsenal bélico.

É então que surge outro episódio marcante – uma espécie de martirólogo final – do qual a comunidade judaica de Cochim irrompe heroicamente para novos tempos e para novos senhores. Segundo o governador holandês Adriaan Moens, os judeus não deixaram de fornecer prontamente os Holandeses de virtualhas e toda outra assistência, «esperando usufruir sob a gestão da Companhia [Holandesa Unida das Índias Orientais] a maior liberdade civil e religiosa» ²¹⁵. É neste contexto que surge uma «História» nunca esquecida nos meios judaicos: um aliado judeu teve um importante papel nesta retirada «positiva» dos Holandeses – tocou as horas na igreja de S. Tomé, como se aqueles ainda mantivessem o cerco, quando de facto se afastavam prontamente ²¹⁶. Mas a seguir ao afastamento dos Holandeses foi a vez de os Portugueses abaterem o seu ódio sobre os judeus. Mais uma vez, segundo o governador Moens, pouco depois de os Holandeses se retirarem, foi enviado um destacamento de soldados portugueses para o bairro judaico, o qual pilharam e queimaram. Os seus habitantes fugiram então para as

²¹⁴ Para a elaboração desta síntese servimo-nos essencialmente das obras de C. Achyuta Menon, *The Cochin State Manual*, Ernakulam, Government Press, pp. 62 e 80-89; A. Sreedhara Menon, *op. cit.*, pp. 126-129; e de *A Translation of a Record Grandahavari in the State Archives*, 1973, pp. V-VI (Prefácio), 6 e 25-26 (Cronologia).

²¹⁵ «Memorandum on the Administration of Malabar by the Right Worshipful Adriaan Moens», 18.IV.1781, trad. para o inglês pelo Reverendo P. Groot e A. Galleti, com notas de A. Galleti, in *The Dutch in Malabar*, 1984, p. 197 (tradução portuguesa da nossa autoria).

²¹⁶ Primeira referência por Philippus Baldaeus, capelão da frota holandesa, in *op. cit.* (citamos a edição inglesa de 1732) p. 569.

Vide ainda Rev. T. Whitehouse, *Historical Notices of Cochin in the Malabar Coast*, Kottayam, Cottayam's Press, 1859, p. 16; e Walter J. Fischel, «The Contribution of the Cochin Jews to South India Jewish Civilisation», in *Commemoration Volume – Cochin Synagogue Quatercentenary Celebrations*, Ernakulam, The Kerala History Association e The Cochin Synagogue Quatercentenary Celebration Committee, 1971, p. 22.

montanhas, e só voltaram após a cidade de Santa Cruz de Cochim ter sido conquistada pelos Holandeses ²¹⁷.

Contudo, a realidade parece ter sido ainda mais temível: os Portugueses chegaram a matar certos judeus *brancos*, saquearam e queimaram as suas casas, assim como a veneranda sinagoga Paradesi, e destruíram o *Sepher Ha-Yashar*, ou seja, a «Crónica da Comunidade» ²¹⁸. Também o príncipe do «ramo» Mutha, acompanhado de um príncipe Chazhur, tinha fugido de Mattancherry para Colombo. Não conseguiu alcançar de novo a sua cidade, morreu na viagem de regresso, deixando como sucessor o príncipe adoptivo do «ramo» Chazhur, Vira Kerala Varma, que passou a reinar em Cochim, como vimos, após a conquista holandesa, em 6 de Janeiro de 1663 ²¹⁹, perpetrada pelo general Rijcklof Van Goens ²²⁰.

²¹⁷ Cf. Memorandum ... by the Right Worshipful Adriaan Moens, in *The Dutch in Malabar*, 1984, p. 197.

²¹⁸ Vide *supra*, nota 215.

²¹⁹ Sobre a evolução dinástica em Cochim, e as relações com os Holandeses, até à conquista definitiva da cidade, cf., «inter alia», *A Translation of a Record Grandhavari in the State Archives*, pp. V-VI (Prefácio) e 7; C. Achyuta Menon, *op. cit.*, pp. 90-94; A. Sreedhara Menon, *op. cit.*, pp. 149-154; e K. M. Panikar, «Malabar and The Portuguese (Being a History of the Relations of the Portuguese with Malabar from 1500 to 1663)», in *Journal of Indian History*, vol. LXIII, Partes 1-3, Abril-Agosto-Dezembro de 1985, pp. 231-233.

²²⁰ Sobre a conquista holandesa de Cochim pode ler-se a introdução de A. Galleti, in *The Dutch in Malabar*, 1984, pp. 12-15, que inclusivamente traduz os termos da capitulação de 7 de Janeiro de 1663, assinada pelo capitão-geral Inácio Sarmento de Carvalho.

Também Phillipus Baldaeus se debruça mais detalhadamente sobre as condições da capitulação portuguesa no cap. IX da sua obra já citada.

Vide ainda a breve relação do conde da Ericeira [4.º conde, D. Luís de Meneses], na sua *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, Officina dos Herdeiros de António Galvão, t. IV, livro IX, 1751, p. 210.

No Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, há alguns documentos que pormenorizam os eventos deste período. Vide, por exemplo, a «carta do Vice-Rei António de Melo e Castro para o rei de Portugal», Goa, 1.II.1663, *Índia*, caixa (doravante cx.) 25, doc. 147; a «cópia da carta de Inácio Sarmento de Carvalho», de Cochim, 4.I.1663, e a «carta do vice-rei António de Melo e Castro, dirigida ao rei de Portugal», Goa, 6.II.1663, *idem*, cx. 25, doc. 148; a «carta do Conselho Ultramarino sobre as actividades de Inácio Sarmento de Carvalho», de Lisboa, 24.III.1663 (anexo b) e a «carta do rei de Portugal dirigida a António de Melo e Castro», de Lisboa, 30.III.1663 (anexo a), *idem*, cx. 25A, doc. 183; a «carta do Vice-Rei da Índia para El-Rei», de Goa, 11-V.1663, *idem*, *ibidem*, doc. 220; e a «Certidão da Câmara de Cochim acerca dos serviços de Inácio Sarmento de Carvalho», Cochim, 9.XII.1659, *idem*, cx. 26, doc. 5.

Consultem-se ainda alguns documentos do Arquivo Histórico de Goa (Historical Archives, Goa). Citemos a «carta de António de Melo e Castro a El-Rei», Goa, 29.XII.1662, in *Livro das Monções*, n.º 28A, fól. 25; a «cópia da carta do capitão-geral da cidade de Cochim, Inácio Sarmento de Carvalho, dirigida a António de Melo e Castro», Cochim, 16.IX.1662, *idem*, *ibidem*, fól. 62; a «carta do governador António de Melo e Castro a El-Rei», de Goa, 1.II.1663, *idem*, livro 28B, fól. 4-4 v.º; e a «carta de António de Melo e Castro a El-Rei», de Goa, 11.V.1663, *idem*, *ibidem*, fól. 333-333 v.º; e a «Instrução que há-de guardar Inácio Sarmento de Carvalho, capitão-geral da armada da Costa do Norte, na Jornada que faz em socorro da cidade de Cochim», Goa, 14.II.1659, in *Livro de Regimentos e Instruções*, n.º 6 (cód. 1423), fols. 16 v.º-17.

Leiam-se também as indicações sobre o futuro de Cochim no «Tratado de Haia, entre Portugal e os Países-Baixos» [cópia em francês], de 31.VII.1669, in BNP, *Collection Mélanges Colbert*, cód. 31, fól. 283.

APÊNDICE ICONOGRÁFICO



E.A.

Pezo da Pimenta - Bazar - S. Agost.º - N. S. da graça - Campo de laós - N. S. da Esperança - S. Sebastião - R. de coulá - R. de seda - Caixeiros - Pelourinho - Rua dagoadolupe - N. S. dagoadolupe.

E.B.

Caza do Bispo - Misericórdia - Camera - Casa do Bpº - R. direita - Sé - S. Bert.º - Hospital.

D.A.

CIDADE DE COCHIM - S. Thome - Hospital dos pobres -

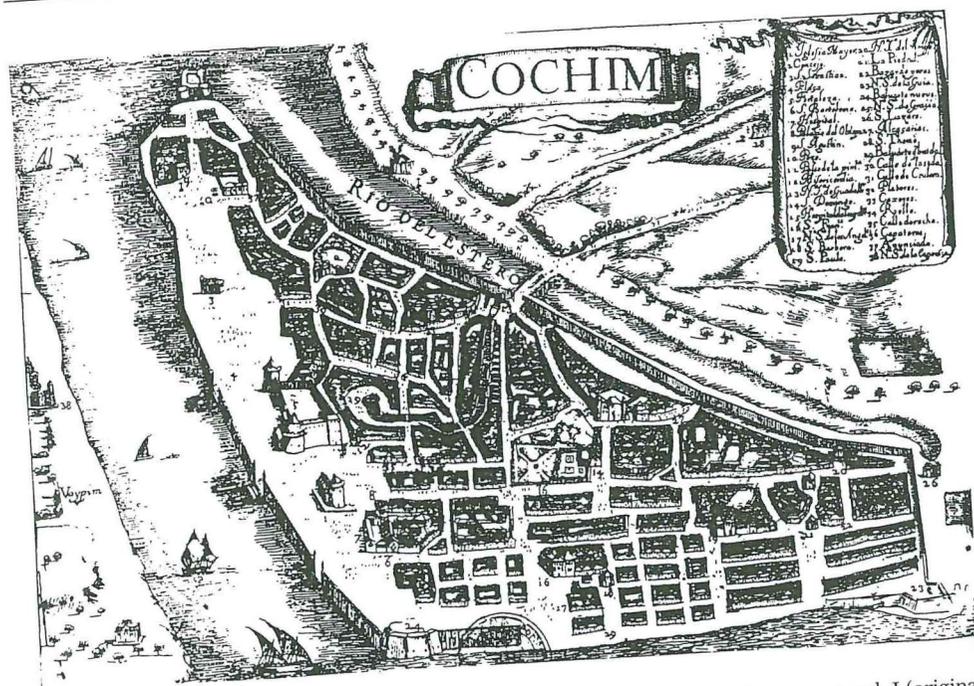
D.B.

Alcasarias - S. D.º - Sapateiros - R. de S. Domingos - S. Paulo - N. S. da Piedade - S. Lazaro - S. Fran.º - S. Barbora - N. S. dos Anjos - N. S. da Guia.

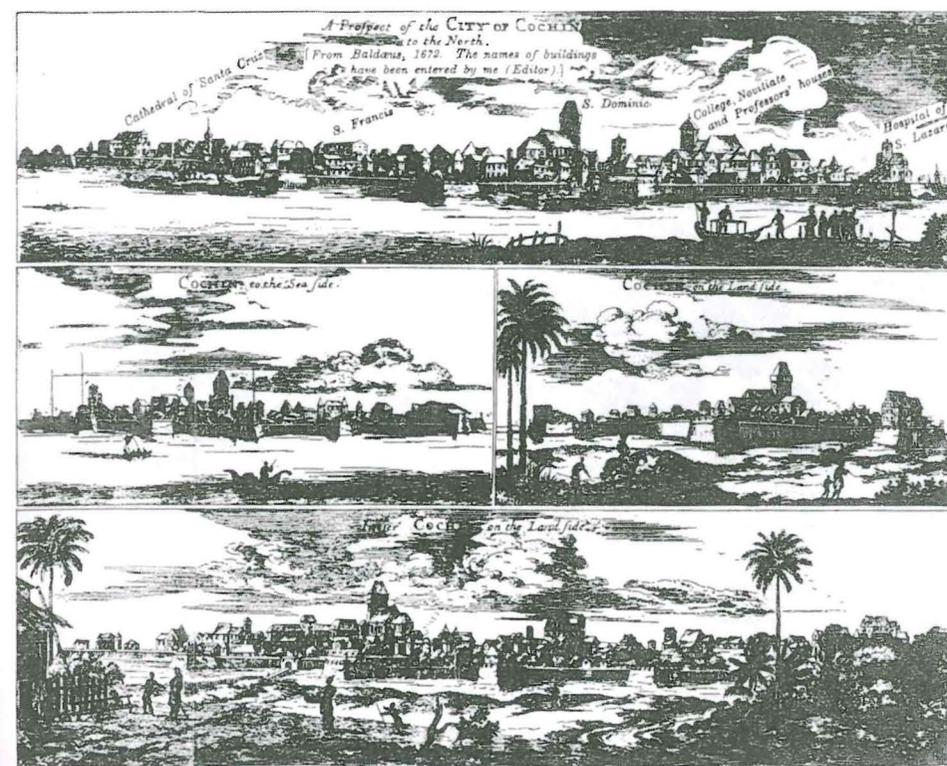
1 - «Planta da Cidade de Santa Cruz de Cochim ou Cochim de Baixo» (elaborada entre 1633 e 1641), in *Livro das plantas, das fortalezas, das cidades e povoações do Estado da Índia Oriental, com as descrições do marítimo dos reinos e privíncias onde estão situados e outros portos principais daquelas partes. Contribuição para a História das fortalezas dos portugueses no Ultramar*, reprodução do códice 1471, existente na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, edição preparada e prefaciada por Luís da Silveira, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991, n.º 72, p. 88.

Vide ainda os vários artigos de T. I. Poonen, muito descritivos, no *Journal of Indian History*: «The First Expedition of Admiral Van Goens to Malabar», vol. XXXI, P. 3, Dezembro de 1953, pp. 217-231; «The Unsuccessful Expeditions of Rijcklof Van Goens and Adriaan Van Der Meyden to the Malabar Coast (1660-1661)», vol. XXXII, P. 3, Dezembro de 1955, pp. 233-247 e 320-340; «Dutch Victories in Malabar 1661-1662. Capture of Cranganore», vol. XXXVII, P. 3, Dezembro de 1959, pp. 277-287; «Dutch Pioneers in Malabar», vol. XXXIX, P. 2, Agosto de 1961, pp. 267-286; «The First Siege of Cochim by the Dutch and Its Sequel», vol. XL, P. 1, Abril de 1962, pp. 129-151; e «Final Triumph of the Dutch and end of the Portuguese domination in Malabar», vol. XLII, P. 1, Abril de 1965, pp. 261-273, e vol. XLIII, P. 2, Agosto de 1965, pp. 601-616 e P. 3, Dezembro de 1965, pp. 873-896.

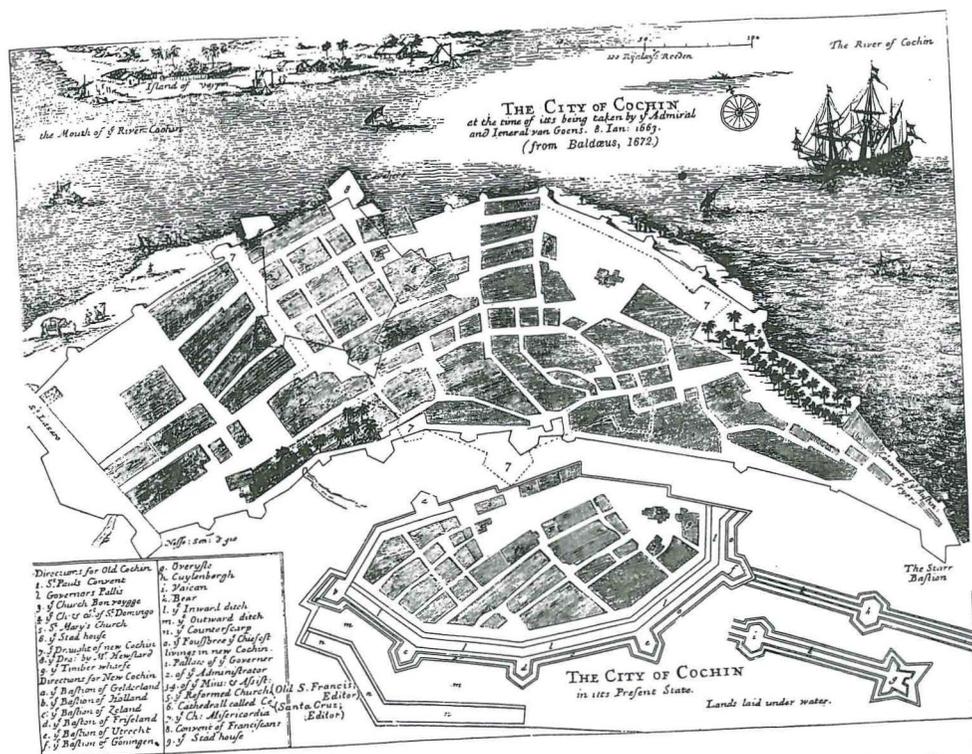
Consulte-se ainda o estudo de Charles Boxer, *Breve Relação da Vida e Feitos de Lopo e Inácio Sarmento de Carvalho. Grandes Capitães que no século XVII honraram Portugal no Oriente*, Macau, Oficinas da Imprensa Nacional, 1940, pp. 37-43; e o cap. IX da obra já citada de Maria Manuela Sobral Blanco.



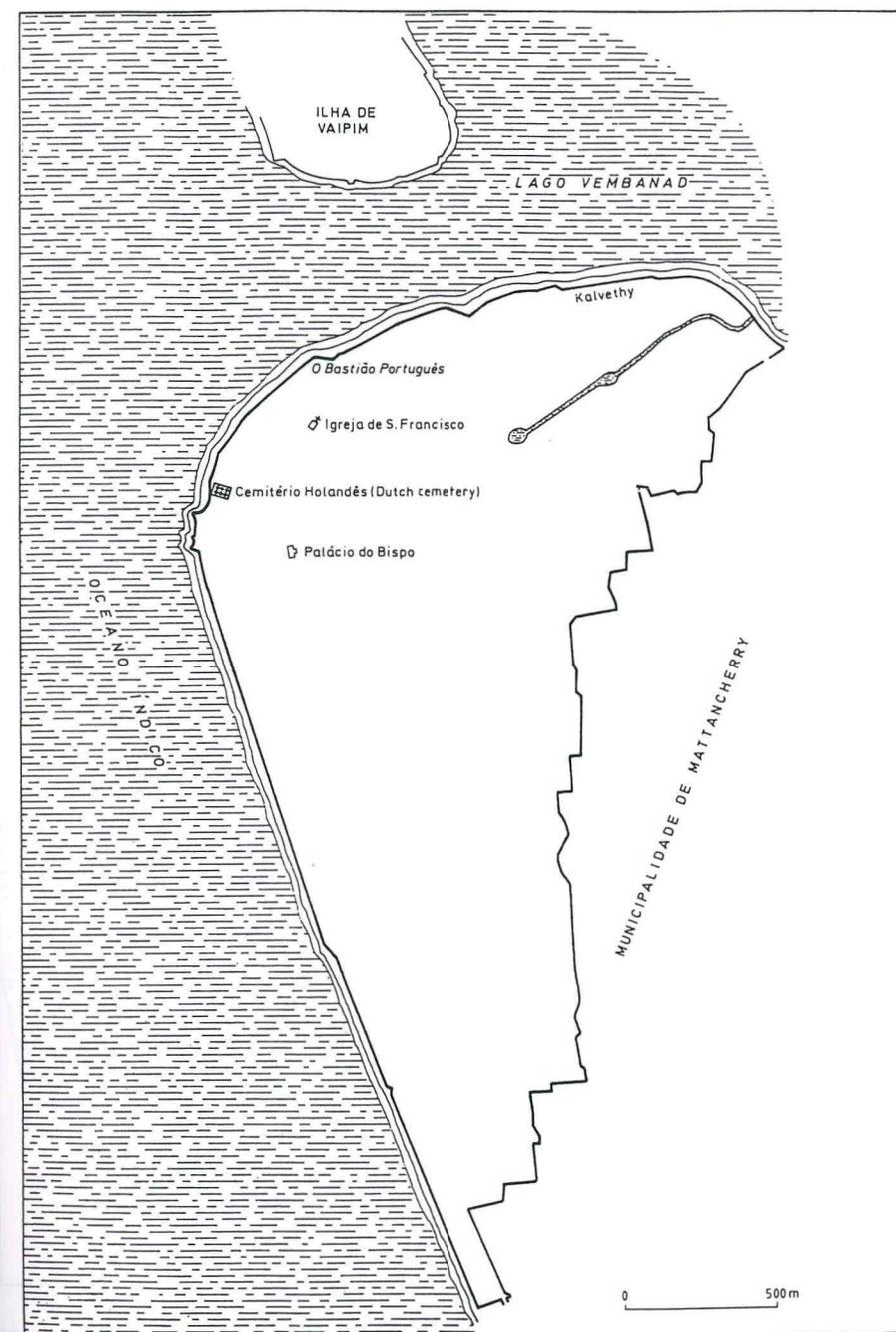
2 - «Planta de Cochim», inserida na obra de Manuel de Faria y Sousa, *Ásia Portuguesa*, vol. I (original de) 1666, p. 59. Reproduzida na tradução do castelhano de Isabel Ferreira Amaral Pereira de Matos, Maria Vitória Garcia Santos Ferreira e Manuel Busquets de Aguilar, Porto, Livraria Civilização, vol. I, 1945, entre as pp. 160 e 161; e por Luís da Silveira, in *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, vol. 3, s.d., estampa 725, p. 415 (a reprodução é a da tradução portuguesa do castelhano).



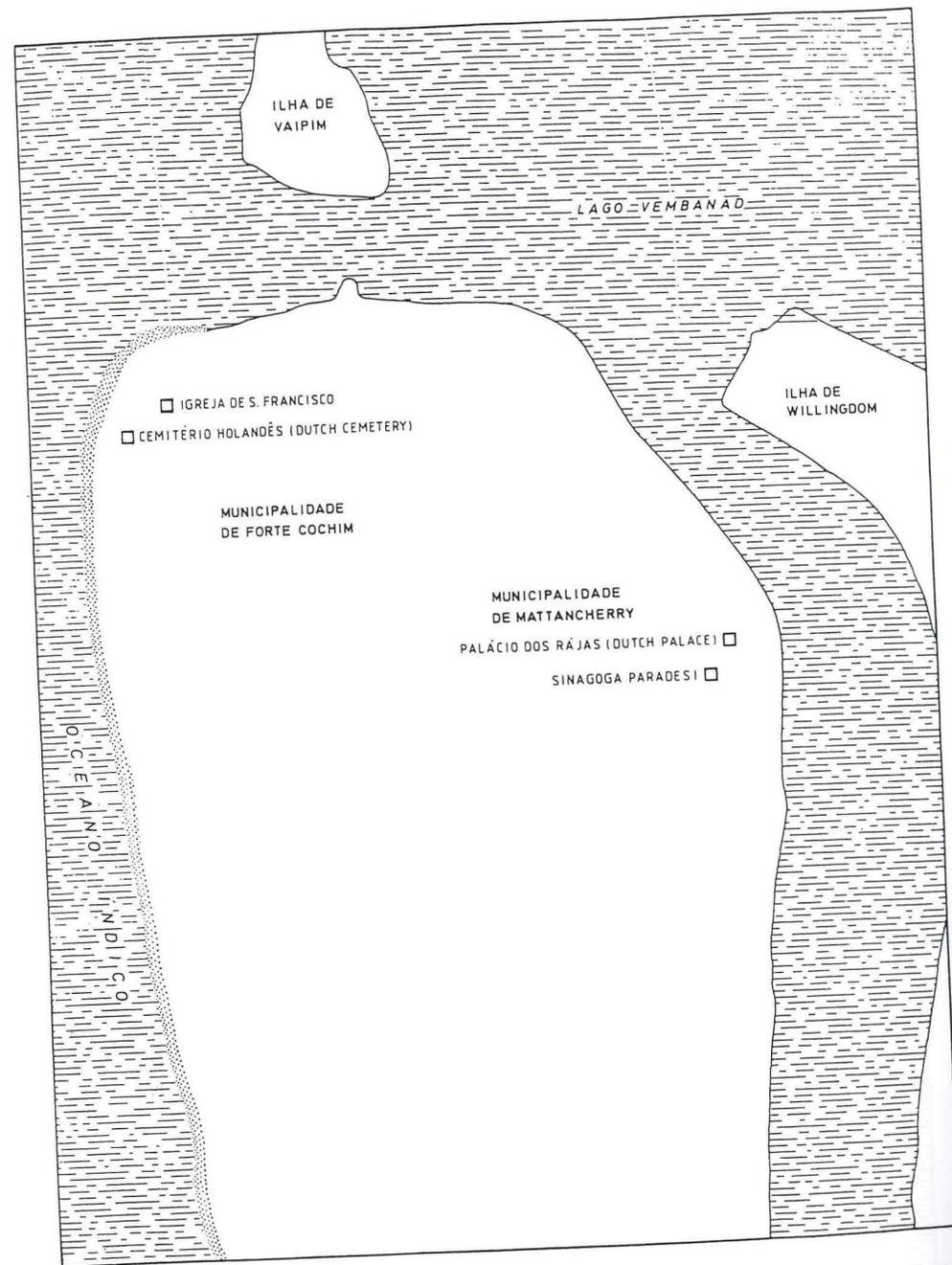
3 - «Gravuras da mancha urbana de Cochim», in *The Dutch in Malabar*, com introdução e notas de A. Galletti, Rev. A. J. van Der Burg e Rev. P. Groot, Nova Deli, Usha Publications, 1984, gravuras entre as pp. 16 e 17. Reprodução das gravuras da edição original em holandês da obra de Philippud Baldaeus, *Naawkeurige Beschryvinge van Malabar en Coromandel*, Amesterdão, por Johannes Janssonius van Waasberge in van Sommer, 1672, a que foram acrescentadas legendas elucidativas em inglês.



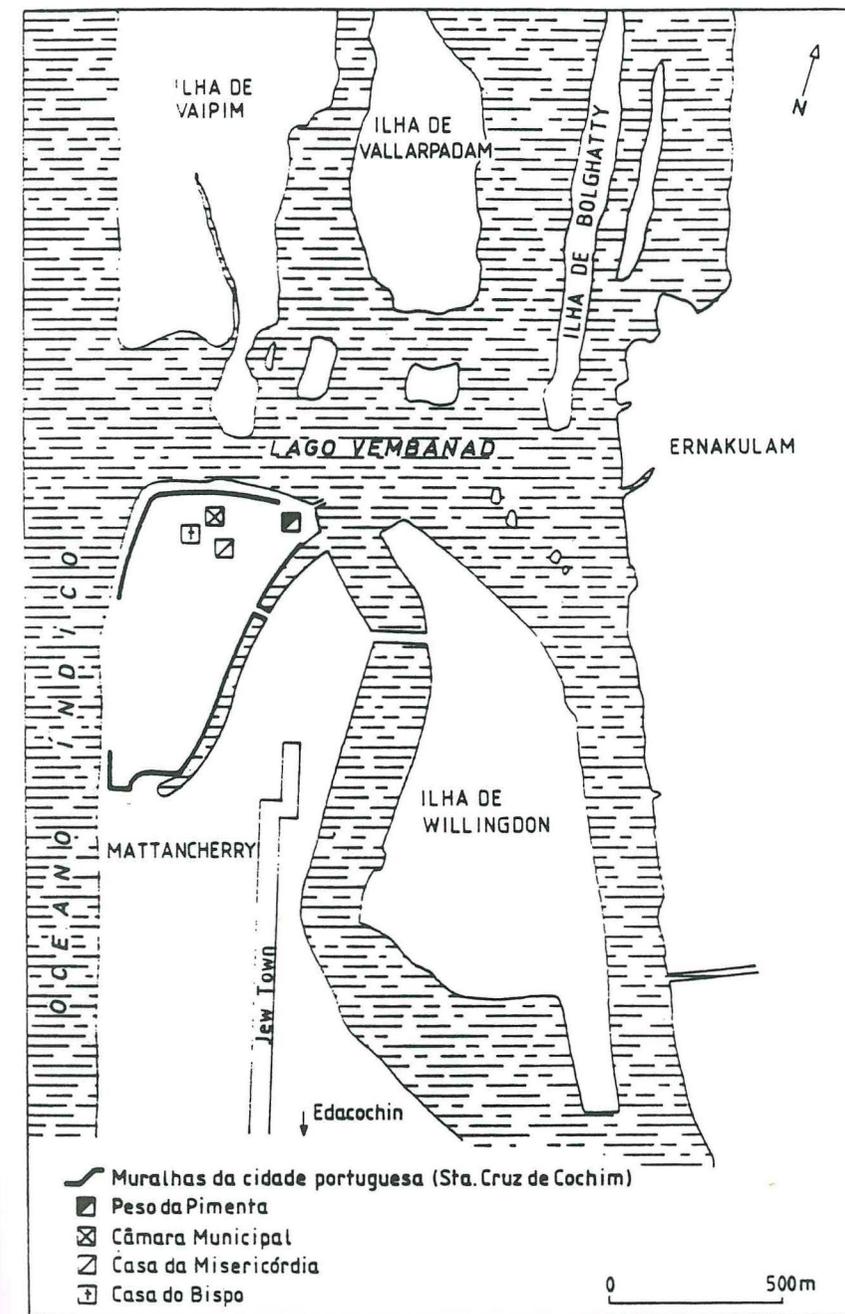
4 - «Planta de Cochim», in *The Dutch in Malabar*, com introdução e notas de A. Galletti, Rev. A. J. van Der Burg e Rev. P. Groot, Nova Deli, Usha Publications, 1984, entre as pp. 10 e 11. Reprodução da planta apresentada na edição original em holandês da obra de Philippus Baldaeus, *Naawkeurige Beshryvinge van Malabar en Coromandel*, Amesterdão, por Johannes Janssonius van Waasberge e van Sommer, 1672, com os topónimos traduzidos para inglês.



5 - «Mapa da Municipalidade de Fort Cochin», que corresponde basicamente à área da antiga urbe de Santa Cruz de Cochim. À direita, desaguando em Kalvethy, encontra-se assinalado o «Chellai Canal». Desenho simplificado, com legendas em português, baseado no mapa topográfico oficial de «Fort Cochin».



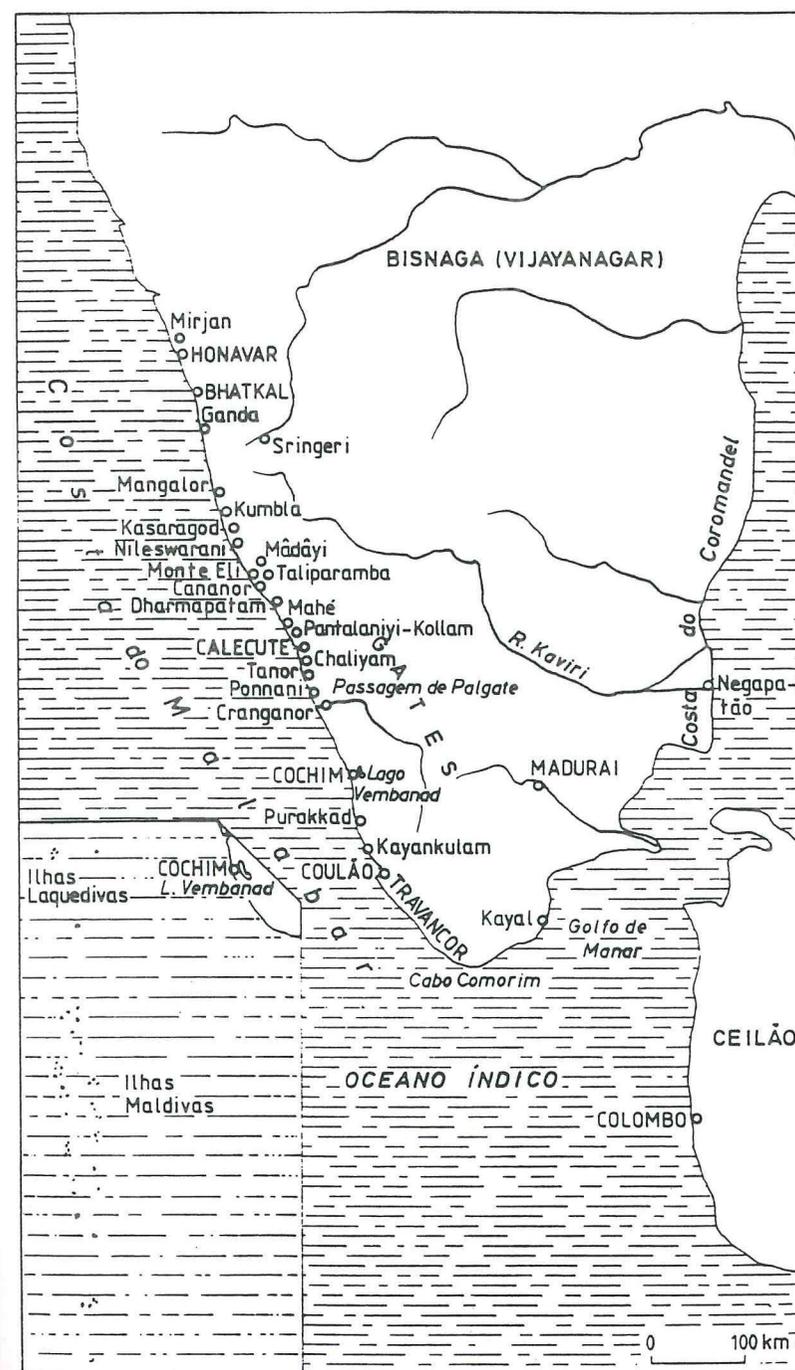
6 - Mapa simplificado, actual, da Península de Cochim, mostrando as municipalidades vizinhas de Forte Cochim («Fort Cochim») e Mattancherry.



7 - «Planta de Cochim», mostrando o grande volume actual da ilha de Willingdon. Elaborado, com tradução dos topónimos para português, com base na gravura apresentada na obra de Sanjay Subrahmanyam, *The political economy of commerce: southern India, 15001-650*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, mapa 8, p. 224.



8 - Uma porta portuguesa em Odata, no extremo sul de «Fort Cochim». Coleção do autor.



9 - «Mapa do sul da Índia, no início do século XVI». Adaptação, com tradução dos topónimos para português, da gravura apresentada na obra de Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama*, Paris, Fayard, 1997, mapa da p. 164, intitulado «Le Kerala et l'Inde du Sud au début du XVI^e siècle».